



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

**EDITAL DE LICITAÇÃO N.º 001/2024**

O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ (Crea-PR), Autarquia Federal instituída nos termos da Lei n.º 5.194/66, dotado de personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.639.384/0001-59, UASG n.º 389088, com Sede na Rua Dr. Zamenhof, n.º 35, Alto da Glória, Curitiba - PR, torna pública a realização de licitação sob a regência da Lei n.º 14.133/2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste instrumento, com vistas à **prestação de serviços de licenciamento e instalação de programas de computador do tipo segurança para proteção avançada de e-mails (*antispam*), segurança para *endpoints* com detecção e resposta (*antivírus*) e de correlação, telemetria, detecção e resposta do tipo *XDR* (*extended detection and response*), bem como de serviços de suporte técnico especializado e de treinamento.**

**REQUISITANTE:** DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

**MODALIDADE DE LICITAÇÃO:** PREGÃO N.º 001/2024

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO

**MODO DE DISPUTA:** ABERTO

**DATA E HORA DA SESSÃO PÚBLICA:** 26/JANEIRO/2024, às 08h00min.

**LOCAIS PARA A OBTENÇÃO DO EDITAL:** sites do Crea-PR ([www.crea-pr.org.br/ws/licitacoes-do-crea-pr/](http://www.crea-pr.org.br/ws/licitacoes-do-crea-pr/)) e do Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**LOCAL PARA O ENVIO DAS PROPOSTAS E DA SESSÃO PÚBLICA:** exclusivamente por meio do Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

## 1. DO OBJETO

- 1.1. Constitui objeto desta licitação a prestação de serviços de licenciamento e instalação de programas de computador do tipo segurança para proteção avançada de e-mails (*antispam*), segurança para *endpoints* com detecção e resposta (antivírus) e de correlação, telemetria, detecção e resposta do tipo *XDR* (*extended detection and response*, bem como de serviços de suporte técnico especializado e de treinamento, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, em especial no Termo de Referência - **ANEXO I**.
- 1.2. Havendo qualquer divergência entre as especificações do objeto constante do Sistema e as deste Edital, prevalecerão as últimas.
- 1.3. A licitação será em um único item.

## 2. DA PARTICIPAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil. Ainda como condições para a participação, a interessada deverá:
  - a) Atender a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos quanto ao objeto, à documentação e demais exigências.
  - b) Dispor, por seus próprios meios, dos recursos materiais e tecnológicos necessários ao acesso e a operação do sistema eletrônico.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante - excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do Crea-PR - por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas descritos no subitem 2.1, e ainda mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique falha ou desatualização, sob a pena de ensejar a sua desclassificação no momento da habilitação.
- 2.4. Não poderá disputar esta licitação e, conseqüentemente, será desclassificado ou inabilitado, conforme o caso, em qualquer fase do certame:
  - a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
  - b) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
  - c) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

- d)** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
  - e)** licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;
  - f)** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Crea-PR, ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
  - g)** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
  - h)** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
  - i)** interessado em que o representante legal ou qualquer integrante da participação societária possua vinculação, direta ou indireta, com o Crea-PR, a exemplo de conselheiro, inspetor ou servidor;
  - j)** licitantes que integrem um mesmo grupo econômico, assim entendido aquela que tenha diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, todos com vistas à promoção de fraude ou conluio, por sua vez consideradas, dentre outras, a intenção de usufruir indiretamente dos benefícios da Lei Complementar n.º 123/06, situação esta que desclassificará todas as propostas assim enquadradas;
  - k)** Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
  - l)** licitante que possua objeto social impertinente ou incompatível com o objeto licitado, assim consideradas, dentre outras, as informações constantes do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ, ou ainda do ato constitutivo, estatuto ou contrato social.
- 2.5.** A critério do CREA-PR e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem às alíneas “b” e “c” do subitem anterior poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do Contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do Crea-PR. Ainda neste mesmo sentido, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.6.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, mencionadas no artigo 16 da Lei n.º 14.133/2021, nos limites previstos da Lei Complementar n.º 123/2006.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

**3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 3.1.** Nesta licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, de lances e de julgamento.
- 3.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto (conforme o critério de julgamento adotado neste Edital), até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública. Quando convocado pelo(a) Pregoeiro(a), o licitante deverá encaminhar via sistema a proposta comercial e/ou os documentos de habilitação, conforme o caso.
- 3.3.** No cadastramento da proposta inicial o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- a)** está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
  - b)** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
  - c)** não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
  - d)** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.4.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei n.º 14.133/2021.
- 3.5.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/2021. Na hipótese de item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento do licitante no certame, para aquele item, e ainda:
- a)** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;
  - b)** a falsidade da declaração de que tratam os subitens **3.3**, **3.4** ou **3.5**, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021, e neste Edital.
- 3.6.** Os licitantes poderão retirar ou substituir informações anteriormente inseridas no sistema até a abertura da sessão pública.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- 3.7.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, mas sim apenas depois dos procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.8.** O sistema disponibilizará para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.9.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo, conforme o caso, quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- a)** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;
  - b)** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata a alínea anterior.
- 3.10.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:
- a)** valor superior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
  - b)** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.11.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do subitem anterior possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o Crea-PR, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.12.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo Crea-PR ou de sua desconexão. Cabe ainda ao licitante:
- a)** responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública;
  - b)** comunicar imediatamente a perda da senha ou a quebra de sigilo ao provedor do sistema visando bloqueio do seu acesso;
  - c)** responsabilizar-se legalmente pelos atos praticados e pela presunção da sua capacidade técnica para realização das transações inerentes à licitação;
  - d)** assumir a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
  - e)** avocar como firmes e verdadeiras as suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.
- 3.13.** Os documentos apresentados nesta licitação deverão estar:
- a)** em nome do licitante com um único número de CNPJ, exceto para as certidões centralizadas junto à matriz, onde o respectivo emissor indique expressamente a validade para a matriz e também para as filiais;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- b) no prazo de validade estabelecido pelo órgão ou entidade expedidora. Ainda no mesmo sentido, os documentos que não mencionarem o prazo de vigência, serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição legal contrária.

#### 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento no sistema, dos seguintes campos:
  - a) Descrição detalhada do objeto ofertado”: a clara indicação do objeto a que se refere, sem alternativas (Capítulo I do Termo de Referência). Neste aspecto, é relevante destacar a desnecessidade de serem transcritas todas as características mínimas do objeto, bastando que o licitante declare que a proposta está de acordo com o Edital, se assim preferir.
  - b) “Valor unitário” e o “Valor Global”: o valor global, assim considerado o preço total do objeto indicado em reais.
  - c) Marca”, “fabricante” e o “modelo/versão”: as respectivas informações relativas exclusivamente ao produto ofertado.
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos do licitante nos últimos doze meses. Ainda no mesmo sentido, independentemente do percentual de tributo inserido na proposta, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.8. As informações deverão ser apresentadas de forma precisa, limitadas ao objeto e a este instrumento, sem conter alternativas de preço ou condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado. Neste sentido, o uso da expressão “ou similar” ou equivalentes a tal afirmação, será considerado alternativa, e causará a desclassificação da proposta.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- 4.9. Na apresentação da proposta, o que exceder aos requisitos mínimos estabelecidos neste Edital não será considerado como vantagem para o julgamento. Por outro lado, em não sendo preenchidos os requisitos mínimos, a proposta será desclassificada.

**5. DA ABERTURA DA SESSÃO, DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante. Neste sentido:
- a) A desclassificação será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
  - b) A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 5.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.
- 5.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.7. O lance deverá ser ofertado pelo valor indicado no sistema, que por sua vez considerará o objeto, a sua unidade e quantidade, bem como as condições deste instrumento.
- 5.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste instrumento.
- 5.9. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior, conforme o caso, ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.10. O intervalo mínimo de diferença entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 300,00 (trezentos) reais.
- 5.11. Desde que permitido pelo sistema, o licitante poderá excluir o seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.12. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa “aberto”. Assim, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, devendo ser considerado:
- a) A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão. A prorrogação automática da etapa de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

lances ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nos últimos dois minutos, inclusive no caso de lances intermediários.

- b) Não havendo novos lances na forma estabelecida, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
  - c) Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Pregoeiro(a), auxiliado(a) pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações. Após o reinício, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.13.** Após o término dos prazos estabelecidos anteriormente, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem de melhores propostas.
- 5.14.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.15.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.16.** No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a) no decorrer da etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances. No entanto, quando a desconexão do sistema para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato aos participantes.
- 5.17.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.18.** Em relação a objetos não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006, regulamentada pelo Decreto n.º 8.538/2015.
- a) As propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
  - b) A melhor classificada terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática.
  - c) Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem no mesmo intervalo, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no mesmo prazo anteriormente estabelecido.
  - d) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos, será realizado sorteio entre elas pelo sistema, visando identificar aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- 5.19.** Só poderá haver empate entre propostas iguais não seguidas de lances.
- a) Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será o previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133/2021.
- 5.20.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas com o melhor colocado visando à obtenção de proposta mais vantajosa à Administração, mesmo que a sua proposta não esteja com valor acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, conforme o caso.
- a) A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o melhor colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido pelo Crea-PR.
  - b) A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
  - c) O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes por meio da ata da sessão.
- 5.21.** Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 6. DA FASE DE JULGAMENTO

- 6.1.** Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no subitem **2.4** deste Edital, inclusive quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa (em nome do licitante e também de seu sócio majoritário, conforme o artigo 12 da Lei n.º 8.429/1992), mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, por intermédio do site [http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
  - b) Relação de inidôneos (em nome do licitante e também de seu sócio majoritário, também conforme o artigo 12 da Lei n.º 8.429/1992), mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU, disponível por meio do endereço eletrônico: <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0>;
  - c) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, acessível por intermédio do endereço eletrônico <https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/public/pages/consultas/consultarRestricaoContratarAdministracaoPublica.jsf>;
  - d) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível mediante consulta no endereço eletrônico <https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>;
  - e) Cadastros de servidores, Conselheiros e Inspectores do Crea-PR.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- 6.1.1.** As comprovações previstas nas alíneas “a”, “b” e “d” poderão ser obtidas de forma centralizada, mediante consulta ao endereço eletrônico <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.
- 6.1.2.** Os endereços eletrônicos informados poderão ser substituídos a critério do respectivo mantenedor. Portanto, será considerado, para todos os efeitos, o endereço eletrônico que eventualmente venha a substituir os indicados neste instrumento.
- 6.1.3.** Uma vez constatada a existência de registros que impeçam a participação ou a futura contratação (Ocorrência Impeditiva Direta), o licitante será desclassificado.
- 6.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome do licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n.º 8.429/1992.
- 6.2.1.** Na hipótese de o sócio majoritário do licitante não estar atualizado perante o SICAF, ou ainda não conste o registro do respectivo Cadastro de Pessoa Física – CPF, a análise das comprovações será efetuada pelo(a) Pregoeiro(a) por ocasião do acesso ao ato constitutivo do licitante.
- 6.3.** Caso conste na consulta de situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 6.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 6.3.1.1.** Verificada a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas em nome do licitante melhor classificado, o(a) Pregoeiro(a) interromperá a sessão para que, no prazo de 03 (três) dias, o licitante apresente seus esclarecimentos, indicando, ato contínuo, o dia e o horário da reabertura da sessão.
- 6.3.1.2.** Reaberta a sessão e constatado o atendimento à convocação, o(a) Pregoeiro(a) interromperá novamente o curso do certame de modo a permitir a análise das razões apresentadas, determinando nova data e hora para reabertura da sessão, se for o caso.
- 6.3.1.3.** O licitante deverá anexar seus esclarecimentos e tantos documentos comprobatórios quantos julgar necessários. Recomenda-se, para tanto, que o licitante utilize um programa de compactação de arquivos, de maneira que seja anexado ao sistema um único arquivo eletrônico.
- 6.3.2.** Não tendo sido demonstrada de maneira inequívoca, a inaplicabilidade ao caso concreto das ocorrências impeditivas indiretas, o licitante será desclassificado.
- 6.4.** Verificadas as condições de participação e de eventual utilização do tratamento favorecido, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste instrumento e em seus anexos.
- 6.5.** O(a) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas contadas da solicitação, envie, exclusivamente por intermédio do sistema, a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.6.** Será desclassificada a proposta que:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- a) conter ilegalidade;
  - b) não obedecer às especificações do Termo de Referência;
  - c) permanecerem acima do preço máximo, sejam unitários e/ou total, conforme o caso;
  - d) não apresentar as especificações técnicas exigidas nos elementos instrutores;
  - e) apresentar preços inexequíveis e não tiverem a sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo(a) Pregoeiro(a);
  - f) o licitante não atender, no prazo estipulado, as convocações do(a) Pregoeiro(a), em especial para o envio de informações, anexos ou ainda correções em geral;
  - g) apresentar desconformidade insanável com quaisquer outras exigências deste instrumento ou seus anexos.
- 6.7.** A proposta de preço deverá ser enviada com as seguintes informações, expressamente indicadas na minuta constante do **Anexo II** deste instrumento:
- a) Razão Social;
  - b) CNPJ;
  - c) Endereço completo, inclusive com o CEP;
  - d) Números de telefone, *e-mail* e *homepage* (se existente);
  - e) Dados da pessoa de contato (nome, telefones fixo e móvel, *e-mail*);
  - f) Dados bancários para pagamento (banco, agência, operação e conta);
  - g) Dados do responsável legal que assinaria o Contrato (nome e *e-mail*);
  - h) Identificação do objeto (descrição, quantidade, unidade, fabricante, marca, modelo, referência ou *part number*);
  - i) Preços unitário e total (global);
  - j) Prazo de execução do objeto, conforme estabelecido no Termo de Referência;
  - k) Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 90 (noventa) dias, contados da data-limite prevista para entrega das propostas;
  - l) Comprovação de que a solução proposta atende aos requisitos especificados nos itens 01, 02 e 03 do Capítulo II do Termo de Referência. Esta comprovação deverá ser feita por meio da indicação do documento público (eletrônico ou impresso, inclusive manual da solução) e da numeração da página (ou localização no texto). A documentação de comprovação de atendimento dos requisitos poderá ser apresentada em língua portuguesa ou inglesa. Caso não haja documentação pública para tal comprovação, as declarações deverão ser emitidas pelo respectivo fabricante, ou ainda pelo seu representante legal no Brasil.
- 6.7.1.** A razão social e o número do CNPJ deverão ser os mesmos constantes da documentação de habilitação e do documento fiscal a ser emitido.
- 6.7.2.** A proposta comercial deve ser preferencialmente apresentada em folhas sequencialmente numeradas, contendo o timbre e a indicação do CNPJ do licitante, impressa em meio eletrônico, obrigatoriamente sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

sendo a última folha datada e assinada pelo representante legal do licitante, observados os demais dados exigidos neste Edital.

- 6.7.3.** Em todos os documentos em que a assinatura do representante legal for exigida, esta deverá ser no mínimo do tipo eletrônica simples, prevista na Lei n.º 14.063/2020, dispensando assim a apresentação desses mesmos documentos pelo meio físico.
- 6.7.3.1.** Os documentos exigidos neste Edital que forem firmados digitalmente nos termos da Medida Provisória n.º 2.200/2001, serão aceitos desde que a sua autenticidade possa ser aferida.
- 6.8.** Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o licitante poderá ser convocado para apresentar as comprovações de executabilidade da sua proposta.
- 6.8.1.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutabilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pelo Crea-PR.
- 6.8.2.** Havendo indício de inexecutabilidade, o(a) Pregoeiro(a) poderá realizar diligências a fim de adotar os seguintes procedimentos, conforme o caso:
- a)** Requerer à proponente, fixando o prazo de até 01 (um) dia, para que apresente:
- i)** Justificativas e comprovações de que os custos ofertados com indícios de inexecutabilidade são compatíveis com os valores praticados no mercado ou por outros órgãos públicos;
  - ii)** Planilha de composição de preços, justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecutabilidade;
  - iii)** Acordos, Convenções ou sentenças normativas em Dissídios Coletivos de Trabalho;
  - iv)** Indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
  - v)** Contratos que a proponente já mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada;
  - vi)** Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e/ou fabricantes;
  - vii)** Documentos fiscais de objetos adquiridos ou fornecidos pela proponente;
  - viii)** Soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que a proponente disponha para a execução do objeto.
- b)** Promover:
- i)** Pesquisas junto a órgãos, entidades e empresas públicas, bem como a empresas privadas de modo a obter as informações necessárias à comprovação da executabilidade do valor proposto;
  - ii)** Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
  - iii)** Pesquisas de estudos setoriais relativos ao objeto;
  - iv)** O levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e às fazendas federal, distrital, estadual ou municipal.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- 6.8.3.** Será configurada a inexequibilidade e, de consequência, recusada a proposta do proponente quando, após as diligências, restar comprovado:
- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
  - b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9.** Erro no preenchimento não constitui, inicialmente, motivo para a desclassificação da proposta, que poderá ser ajustada no prazo indicado pelo sistema, não inferior a 30 (trinta) minutos, desde que não haja majoração do preço.
- 6.9.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erro pontual e que não altere a substância da proposta;
- 6.9.2.** Considera-se erro no preenchimento passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.10.** Restando alguma dúvida quanto ao objeto proposto pelo licitante que ofertou o melhor lance, em razão das especificações deste Edital em comparação com a marca, modelo, referência, características e/ou fabricante indicados na proposta, o(a) Pregoeiro(a):
- a) fixará o prazo de 03 (três) dias úteis para que o licitante que ofertou o melhor lance disponibilize um acesso remoto a solução, de forma que a área técnica do Crea-PR possa inspecionar o sistema e atestar a sua compatibilidade com as características especificadas no Edital, tudo como condição necessária para a aceitação da proposta; e
  - b) suspenderá a sessão, fixando data e hora para reabertura, momento em que também será estabelecido o prazo estimado para que seja efetuada a inspeção pela área técnica do Crea-PR.
- 6.10.1.** As instruções para o acesso remoto deverão ser apresentadas ao(à) Pregoeiro(a), podendo ser por intermédio de comunicação eletrônica, devendo ser considerado ainda:
- a) O acesso remoto à solução deverá permitir inspeção do ambiente tecnológico de produção cuja especificação seja suficiente para simular os requisitos técnicos e funcionais descritos no Termo de Referência.
  - b) A amostra deverá contemplar todos os programas e componentes necessários ao funcionamento da solução proposta.
  - c) A inspeção de conformidade será realizada pela área técnica do Crea-PR, por meio de simulação que ateste (ou não) o pleno atendimento das funcionalidades exigidas, a ponto de originar um relatório que será juntado aos autos da licitação.
- 6.10.2.** Assim que a inspeção for concluída, o acesso temporário poderá ser inteiramente revogado.
- 6.10.3.** Não será aceita a proposta que tiver a solução rejeitada, que não autorizar o acesso remoto, ou que não o apresentar no prazo estabelecido.
- 6.10.4.** Após a aceitação do lance e da proposta de menor valor, o(a) Pregoeiro(a) prosseguirá com a licitação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

## 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. As seguintes informações serão exigidas para fins de habilitação:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou inscrição do ato constitutivo em Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício, podendo ser substituído pela Certidão Simplificada, emitida pela respectiva Junta Comercial ou Cartório competente, conforme o caso;
- b) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- c) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, conforme o caso, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto;
- d) Certidão Negativa (ou positiva com efeito de negativa) de débitos relativos aos Tributos Municipais do domicílio ou sede do licitante (a comprovação deve abranger os tributos mobiliários e os imobiliários);
- e) Certidão Negativa (ou positiva com efeito de negativa) de débitos relativos aos Tributos Estaduais do domicílio ou sede do licitante;
- f) Certidão Negativa (ou positiva com efeito de negativa) de débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- g) Certificado de Regularidade de Situação, junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF/FGTS;
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (ou positiva com efeito de negativa), expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho por meio do endereço eletrônico [www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao);
- i) Declaração que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como que não emprega menores de 16 (dezesseis) anos, salvo menor a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal;
- j) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor competente de onde se encontra instalada o licitante, emitida nos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão.
- k) Caso tenha declarado no sistema, no momento do cadastramento da proposta, não ter ultrapassado o limite de faturamento e cumprir os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, bem como que está apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei, será exigida ainda a comprovação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, que deverá ser efetuada, conforme o caso, mediante apresentação da comunicação do registro na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou, ainda, por Certidão em que conste a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte expedida pelo órgão de registro competente, tudo conforme art. 4º do Decreto n.º 3.474/2000 e art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- D)** Atestado de Capacidade Técnica emitido por empresa pública ou privada, de forma que o licitante comprove já ter executado objeto semelhante ao que se propõe nesta licitação, devendo conter no mínimo: o período, a descrição e a manifestação quanto à regularidade da execução do objeto, a data de emissão do atestado e a clara identificação do seu emitente.
- i)** O Atestado de Capacidade Técnica deve comprovar, no mínimo, a prestação de serviços semelhantes equivalente a 50 % (cinquenta por cento) do objeto, assim entendido como sendo a instalação, suporte técnico especializado e treinamento nas soluções propostas.
  - ii)** Caso julgado necessário pelo(a) Pregoeiro(a), o licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s) de capacidade técnica apresentado(s), a exemplo de cópia do ajuste contratual que deu suporte à contratação.
  - iii)** Será aceito o somatório de atestados para comprovar a capacidade técnica.
  - iv)** O atestado de capacidade técnica pode ser apresentado em nome da matriz ou da filial do licitante.
  - v)** A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021.
- 7.2.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma do art. 63, I, da Lei n.º 14.133/2021.
- 7.3.** Também será constatada, sob pena de inabilitação, a declaração no sistema de que o licitante cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.4.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.5.** A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.5.1.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei n.º 14.133/2021.
- 7.6.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 7.7.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 7.8.** Quando possível, a verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal para fins de habilitação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- 7.8.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado do registro da solicitação do interessado ao(à) Pregoeiro(a).
- 7.9.** A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.9.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.9.2.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 7.10.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, nas condições do art. 64 da Lei n.º 14.133/2021.
- 7.11.** Na hipótese de a proposta ou o lance de menor valor ser recusado, ou ainda se o licitante detentor da melhor proposta não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos deste instrumento.
- 7.12.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta tenha atendido este instrumento, depois de concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.13.** A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá possuir todas as informações relativas à regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição, assim também considerada aquela que estiver vencida.

Será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte – exclusivamente na hipótese de haver alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal – o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, conforme previsto no art. 43, §1º, da Lei Complementar n.º 123/2006. Para tanto, uma vez verificada a existência de restrição fiscal de ME/EPP com a melhor proposta, o(a) Pregoeiro(a):

- a) Emitirá mensagem declarando o licitante vencedor, fixando o prazo para a regularização da documentação, ou parcelamento do débito e emissão da certidão negativa ou positiva com efeito de certidão negativa; e
- b) Suspenderá a sessão, fixando data e hora para reabertura.

O licitante interessado poderá solicitar prorrogação do prazo fixado por igual período, mediante mensagem fundamentada enviada para o *e-mail* [licitacao@crea-pr.org.br](mailto:licitacao@crea-pr.org.br), dentro do prazo inicialmente concedido.

A não regularização da documentação no prazo estabelecido implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento, sendo facultado ao Crea-PR convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou ainda revogar a licitação.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- 7.14.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- 7.15.** Na hipótese da participação se dar por meio da formação de consórcio, este deverá apresentar as comprovações constantes do subitem **7.1** para todos os consorciados (exceto os documentos da alínea “I”, que deverão se referir apenas ao(s) consorciado(s) que efetivamente executar(em) as atividades que motivariam as exigências), e ainda os seguintes documentos:
- a)** Comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, indicando além de seus participantes:
    - i)** O seu representante legal devidamente qualificado;
    - ii)** Os compromissos e obrigações dos consorciados, dentre os quais o de que cada consorciado responderá, individual e solidariamente, pelas exigências de ordens fiscais, administrativas e contratuais pertinentes ao objeto da licitação;
    - iii)** A declaração expressa de responsabilidade solidária, ativa e passiva, dos consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, em relação à licitação e, posteriormente ao Contrato, até o final de sua execução;
    - iv)** O compromisso de que o consórcio não terá a sua composição ou constituição alterada ou, sob qualquer forma, modificada, sem prévia e expressa anuência do Crea-PR, até o término da vigência contratual;
    - v)** O compromisso que o consórcio não se constitui, nem se constituirá em pessoa jurídica distinta dos seus membros;
    - vi)** O compromisso e a divisão do escopo no fornecimento para cada um dos consorciados, individualmente, em relação ao objeto da licitação, bem como, o percentual de participação de cada um em relação ao custo dos serviços previstos;
    - vii)** A declaração que os pagamentos referentes aos serviços contratados deverão ser realizados diretamente a empresa consorciada, ou a empresa líder
  - b)** Indicação da empresa responsável pelo consórcio, que deverá atender as seguintes condições de liderança:
    - i)** No consórcio de empresa brasileira e estrangeira, a liderança caberá obrigatoriamente à empresa brasileira, que será responsável por todas as providências que forem necessárias ao atendimento da legislação nacional, inclusive de comércio exterior;
    - ii)** Possuir sede na Capital do Paraná ou, no caso de empresa sediada em outra localidade, assumir compromisso de estabelecer preposto na Cidade de Curitiba, com capacidade de atender a todas as necessidades administrativas oriundas da contratação.
- 7.15.1.** Na formação de consórcio, deverá ser observado ainda que:
- a)** A empresa líder caberá as seguintes obrigações:
    - i)** Responsabilizar-se por todas as comunicações e informações do consórcio;
    - ii)** Administrar o Contrato, com poderes inclusive para transferir, requerer, receber e dar quitação;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- iii) Antes da celebração do Contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso indicado no subitem **7.15**, alínea “a”, deste Edital;
  - b) As empresas estrangeiras que não funcionem no País atenderão aos requisitos de habilitação deste Edital, mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado.
  - c) As empresas estrangeiras participantes de consórcio deverão possuir representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.
  - d) O prazo de duração do consórcio deve coincidir, no mínimo, com a vigência do Contrato.
- 7.15.2.** A habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 7.16.** Será declarado vencedor o licitante que apresentar o melhor preço para o objeto licitado, assim considerado o menor valor, respeitados os preços unitários e totais máximos constantes do Capítulo III (VALOR ESTIMADO) do Termo de Referência, e cumprir todos os requisitos de habilitação.

## 8. DOS RECURSOS

- 8.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei n.º 14.133/2021.
- 8.2.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
  - b) o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
  - c) deverá ser encaminhado em campo próprio do sistema;
  - d) será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.3.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.4.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.5.** O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.6.** Havendo a necessidade de reabertura da sessão, esta será comunicada com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, exclusivamente por intermédio do sistema.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- 8.7.** As informações necessárias à formulação das razões e contrarrazões constarão do sistema e/ou do sítio do Crea-PR na internet, no endereço [www.crea-pr.org.br](http://www.crea-pr.org.br), opções: “sociedade”, “licitações em andamento” (campo “*complementos*” do respectivo Edital). Na hipótese de serem julgadas necessárias informações complementares pelo licitante interessado, os autos do processo licitatório poderão ser solicitados ao Setor de Licitações e Contratos - SLC, por intermédio do *e-mail* [licitacao@crea-pr.org.br](mailto:licitacao@crea-pr.org.br).
- 8.8.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

## 9. DA CONTRATAÇÃO E DAS GARANTIAS

- 9.1.** As obrigações desta licitação a serem firmadas entre o Crea-PR e o licitante vencedor, serão formalizadas por meio do respectivo Contrato, observando-se as condições estabelecidas neste Edital, seus anexos e na legislação vigente.
- 9.2.** O Crea-PR convocará formalmente o adjudicatário para assinar o Contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data de convocação. Para tanto:
- Enviará o Contrato por meio eletrônico, via Sistema Eletrônico de Informações (SEI), ao endereço de *e-mail* do adjudicatário, em atenção ao representante legal, ambos informados na respectiva proposta comercial;
  - O Contrato e eventuais documentos que devam seguir anexos deverão ser devolvidos pelo convocado, assinados eletronicamente, no prazo máximo estabelecido, contados da data do envio do *e-mail* de convocação;
  - Poderá ser acrescentada ao Contrato qualquer vantagem apresentada pelo adjudicatário em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste instrumento.
  - As providências relativas ao cadastro do adjudicatário, para os registros do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), devem ser tomadas tão logo o certame seja homologado. Para tanto, o adjudicatário deverá efetuar as ações requeridas, no prazo de até 03(três) dias úteis, nos termos das comunicações eletrônicas encaminhadas previamente pelo Crea-PR.
- 9.3.** Os prazos estipulados no subitem anterior poderão ser prorrogados uma vez por igual período, quando formalmente solicitado pelo interessado durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e de força maior, expressamente aceito pelo Crea-PR.
- 9.4.** O Crea-PR poderá, quando o convocado não assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidas por este Edital, convocar as proponentes remanescentes, na ordem de classificação, em conformidade com o ato convocatório, ou ainda, revogar esta licitação, a seu critério.
- 9.5.** Além do procedimento previsto no subitem anterior, o não atendimento da convocação no prazo estabelecido sujeitará o adjudicatário à multa e demais sanções cumuladas previstas neste instrumento.
- 9.6.** É expressamente vedada a subcontratação total do objeto.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- 9.7.** O Licitante Contratado deverá firmar a garantia perante o Crea-PR, estipulada em 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, conforme procedimento previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

## **10. DO RECEBIMENTO E DO PAGAMENTO**

- 10.1.** O objeto deverá ser executado pelo licitante contratado, ocasião em que o respectivo documento fiscal deverá ser emitido, no prazo, local, quantidades e demais especificações constantes do Termo de Referência e respectivo Contrato.
- 10.2.** O recebimento do objeto observará o procedimento previsto na minuta contratual anexa a este instrumento.

## **11. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 11.1.** A infração administrativa da contratada ou da adjudicatária, conforme o caso, a sujeitará às multas e demais penalidades previstas no Termo de Referência e respectivo Contrato. Ainda no mesmo sentido, comete infração administrativa durante a licitação - nos termos do art. 155 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021 – o licitante que, com dolo ou culpa:
- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Pregoeiro(a) durante o certame;
  - b) salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:
    - i) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
    - ii) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
    - iii) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
    - iv) deixar de apresentar amostra;
    - v) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações deste instrumento.
  - c) não celebrar o Contrato ou a ordem de compra/serviços, conforme o caso, ou não entregar a documentação exigida para tanto, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - d) recusar-se, sem justificativa, a assinar o Contrato, ou a ordem de compra/serviços, ou a ata de registro de preço; ou ainda a aceitar ou a retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo Crea-PR;
  - e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
  - f) fraudar a licitação;
  - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- i) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - ii) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - iii) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
  - iv) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
  - v) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.
- 11.2.** O Crea-PR poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- a) advertência;
  - b) multa;
  - c) impedimento de licitar e contratar; e
  - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante o Crea-PR.
- 11.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - b) as peculiaridades do caso concreto;
  - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4.** A multa será aplicada em percentual incidente sobre o valor licitado, devendo ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação do Crea-PR. Neste sentido:
- a) Para as infrações previstas no subitem **11.1** alíneas “a”, “b”, “c” e “d”, a multa será de 5% (cinco por cento).
  - b) Para as infrações previstas no subitem **11.1** alíneas “e”, “f” e “g”, a multa será de 10% (dez por cento).
  - c) Vencido o prazo sem pagamento, as informações serão encaminhadas ao departamento competente para que seja inscrito na dívida ativa do Crea-PR, podendo ainda ser procedida à cobrança judicial.
- 11.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente à penalidade de multa.
- 11.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas no subitem **11.1** alíneas “a”, “b”, “c” e “d”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo mínimo de 1(um) e máximo de 3 (três) anos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- 11.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas no subitem **11.1** alíneas “e”, “f” e “g”, bem como pelas infrações administrativas previstas no subitem anterior que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.
- 11.9.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores do Crea-PR, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir
- 11.10.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.11.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 11.12.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.13.** A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 11.14.** As multas e as demais penalidades eventualmente aplicadas serão registradas, se for o caso, no cadastro do licitante junto ao Sicaf e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

## **12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 12.1.** A impugnação a este Edital poderá ser interposta por qualquer pessoa, física ou jurídica, em até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão, por meio do endereço eletrônico [licitacao@crea-pr.org.br](mailto:licitacao@crea-pr.org.br), sendo consideradas para todos os efeitos, a data e a hora do recebimento do *e-mail* no Crea-PR.
- 12.2.** A resposta à impugnação será divulgada no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 12.3.** Acolhida a impugnação deste Edital, será designada uma nova data para a realização do certame, se for o caso.
- 12.4.** Os esclarecimentos deverão ser solicitados formalmente ao Setor de Licitações e Contratos, por intermédio do *e-mail* [licitacao@crea-pr.org.br](mailto:licitacao@crea-pr.org.br), com antecedência indicada no subitem **12.1** deste Edital.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- 12.5. A decisão quanto à impugnação, resposta a questionamentos ou avisos em geral dar-se-á, exclusivamente por intermédio do sistema, exceto quando disser respeito à questão individual, situação em que a resposta será encaminhada por *e-mail* diretamente ao interessado.
- 12.6. Não será conhecida a impugnação ou o pedido de esclarecimento se vencido o prazo mínimo de antecedência.
- 12.7. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos neste instrumento, exceto se concedido o efeito suspensivo, que é medida excepcional e será motivada.

### 13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 13.1. Examinada a aceitabilidade da proposta e a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) Pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.
- 13.2. Quando o objeto possuir mais de um item, será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório.

### 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1. A ata da sessão pública será publicada automaticamente no sistema eletrônico.
- 14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do Crea-PR, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Crea-PR não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos se iniciam e vencem apenas em dias de expediente do Crea-PR.
- 14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- 14.9.** Em caso de divergência entre disposições deste instrumento e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 14.10.** As comunicações, solicitações, notificações ou intimações do Crea-PR decorrentes desta licitação, quando não publicados no sistema, serão efetuadas por intermédio do *e-mail* do interessado, que por sua vez tenha sido indicado no requerimento ou na proposta apresentada. Considerar-se-á recebido pelo destinatário, para todos os efeitos legais, o primeiro dia útil seguinte ao do envio da mensagem eletrônica por parte do Crea-PR.
- 14.11.** O Crea-PR poderá revogar esta licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.
- 14.12.** É facultado ao(à) Pregoeiro(a):
- a) promover diligência, em qualquer fase da licitação, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, sendo vedada a inclusão posterior de documento que deveria ter sido apresentado em momento próprio;
  - b) solicitar documentos (digitais ou originais), sempre que tiver dúvidas e/ou julgar necessário para a eficiente elucidação de eventuais questionamentos;
  - c) dirimir no ato, quaisquer controvérsias fúteis e improcedentes, que bem indiquem a intenção dos seus autores de impedir, fraudar ou perturbar os atos licitatórios;
  - d) relevar erros formais ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação do proponente, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios da licitação;
  - e) convocar licitante para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao entendimento da sua proposta ou documento de habilitação;
  - f) prorrogar antes de encerrado e no interesse do Crea-PR, qualquer prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante;
  - g) quando julgado oportuno e no interesse da Administração, suspender ou interromper a sessão, conforme o caso, especialmente visando respeitar os intervalos *intra*jornadas e/ou *inter*jornadas, ocasião em que os licitantes serão comunicados via *chat*;
  - h) desclassificar as propostas e/ou inabilitar os licitantes que não atenderem às exigências contidas neste instrumento.
- 14.13.** A apresentação da proposta na licitação fará prova de que a proponente:
- a) Examinou criteriosamente todos os documentos deste Edital e seus anexos, que os comparou entre si e obteve do Crea-PR as informações necessárias antes de apresentá-la;
  - b) Conhece todas as especificações e condições para a execução do objeto;
  - c) Considerou que os elementos desta licitação permitiram a elaboração de uma proposta totalmente satisfatória.
- 14.14.** A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada,





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei n.º 14.133/2021.

**14.15.** Este Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e ainda no site do Crea-PR (<https://www.crea-pr.org.br/ws/licitacoes-do-crea-pr/>).

**14.16.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) Anexo I – Termo de Referência.
- b) Anexo II – Modelo de Proposta de Preços.
- c) Anexo III – Minuta do Contrato.

*Assinado eletronicamente em 10/01/2024.*

Clodomir Luiz Ascari  
Presidente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**I. DO OBJETO**

Prestação de serviços de licenciamento e instalação de programas de computador do tipo segurança para proteção avançada de e-mails (*antispam*), segurança para *endpoints* com detecção e resposta (antivírus) e de correlação, telemetria, detecção e resposta do tipo *XDR* (*extended detection and response*), bem como de serviços de suporte técnico especializado e de treinamento.

**II. DA QUANTIDADE E ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO OBJETO**

1. Fornecimento de licenças e instalação de software de segurança para proteção avançada de e-mails (*antispam*), do padrão *Trend Micro Email Security Standard Academic* do fabricante *Trend Micro*, ou similar com as seguintes características mínimas:
  - a) Vigência: 36 (trinta e seis) meses;
  - b) Quantidade: 600 (seiscentas) licenças;
  - c) A solução poderá ser entregue nas modalidades *on-premisse* (local) ou em formato SaaS (*Software as a Service*). Caso a disponibilização seja em formato SaaS, deve atender, no mínimo, os seguintes níveis de serviço:
    - i) Disponibilidade do serviço de 98%;
    - ii) Efetividade no bloqueio de SPAM de 99%;
    - iii) Latência máxima na entrega de mensagens menor que 1 (um) minuto;
  - d) Possuir *Single Sign-On* para acessar o console de administração;
  - e) Permitir a criação de regras para entrada (*inbound*) e saída (*outbound*) de e-mails;
  - f) Possuir console de gerenciamento web centralizada, incluindo:
    - i) Configurações de administração
    - ii) Objetos de política;
    - iii) Objetos suspeitos;
    - iv) Gerenciamento de usuário final;
    - v) Gerenciamento de diretório;
    - vi) Informações sobre licenciamento;
    - vii) Logs;
    - viii) Relatórios;
    - ix) Visualização de mensagens *quarentenadas*;
    - x) Gerenciamento de domínio;
    - xi) *Dashboard* baseado em gráficos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- g)** Possuir *dashboards* possibilitando no mínimo a visualização de ameaças, ransomwares, detalhes de autenticação baseada em domínio, sandbox, BEC, SPAM, principais violações, eventos de DLP, consumo de banda, proteção Time-of-Click;
- h)** Possuir configurações de dashboard sendo possível selecionar:
  - i) Direção do tráfego: entrada e saída de e-mails (*inbound/outbound*);
  - ii) Período: data, semana e mês.
- i)** Suportar sistema ARC (*Authenticated Received Chain*), preservando os resultados da autenticação de e-mail;
- j)** Ser capaz de remover conteúdos ativos encontrados em documentos anexos como Microsoft Word, Excel e PowerPoint; Se caso o conteúdo ativo não puder ser removido, deve possuir a opção de excluir o anexo que contém o conteúdo ativo;
- k)** Possuir a funcionalidade de validação de DNS reverso do remetente, tendo a capacidade de criar listas de domínios PTR (*Pointer Record*) que serão bloqueados;
- l)** Ser capaz de permitir a filtragem baseada em reputação IP para no mínimo:
  - i) Remetentes permitidos com base no endereço IP e país;
  - ii) Remetentes bloqueados com base no endereço IP, país e região;
- m)** Ser capaz de permitir a filtragem de remetente e destinatários para no mínimo:
  - i) Remetentes aprovados por endereço de e-mail ou domínio;
  - ii) Remetentes bloqueados por endereço de e-mail ou domínio.
- n)** Possibilitar incluir *X-Header* no cabeçalho da mensagem para mensagens de e-mail correspondentes a remetentes aprovados;
- o)** A lista de remetentes aprovados e remetentes bloqueados deverá exibir no mínimo as seguintes informações:
  - i) Remetente;
  - ii) Domínio do destinatário;
  - iii) Data.
- p)** Possuir Correspondência de IP do remetente, possibilitando especificar um IP ou um intervalo de endereços IP em um domínio do remetente identificado pelo endereço do cabeçalho da mensagem para permitir mensagens de email apenas desses endereços;
- q)** Detectar *malwares*, *worms*, e outras ameaças baseadas em assinatura e padrões;
- r)** Ser capaz de detectar spam baseado em assinatura e padrões;
- s)** Identificar e-mails marketing como redes sociais, fóruns e boletins de informações;
- t)** Permitir criar exceções para e-mails marketing;
- u)** A configuração de spam deve possuir no mínimo três níveis: baixo, médio e alto;
- v)** Detectar ataques de comprometimento de e-mail, *phishing* e conteúdos suspeitos;
- w)** Detectar mensagens de *graymail*;
- x)** Realizar varreduras em arquivos JSE e VBE para identificar ameaças de macro;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- y) Detectar ameaças desconhecidas utilizando *machine learning*;
- z) Permitir visualizar relatório detalhado para cada detecção *machine learning*;
- aa) Possuir *engine* própria para detecção de explorações de documentos, ameaças de dia zero, vulnerabilidades conhecidas e outras ameaças usadas em ataques direcionados;
- bb) Possuir proteção *anti-ransomware*;
- cc) Possuir análise de URL's no corpo do e-mail;
- dd) Possuir o recurso para analisar as URLs no momento do clique do usuário e as bloquear se forem maliciosas;
- ee) Possuir ações de bloqueio, liberação e alerta para as seguintes categorias ou equivalentes: perigoso, altamente suspeito, não testado e suspeito;
- ff) Possuir proteção contra comprometimento de e-mail;
- gg) Fornecer informações detalhadas bem como razões para mensagens de email detectadas como possíveis ataques analisados ou prováveis do *Business Email Compromise* (BEC);
- hh) Possuir proteção contra-ataques de engenharia social;
- ii) Fornecer informações detalhadas bem como razões para mensagens de e-mail detectadas como possíveis ataques de engenharia social;
- jj) Ser capaz de utilizar no mínimo os seguintes bancos de dados de reputação que tenham uma lista de endereços IP:
  - i) De servidores de correio que são conhecidos por serem fontes de spam;
  - ii) Identificados como envolvidos em *ransomware* ativos, *malware* ou outras campanhas de ameaças por email;
  - iii) Atribuídos dinamicamente.
- kk) Possibilitar configurar diferentes tipos de exceções de varredura em um e-mail através de definições de condições e possibilitando executar as ações ou equivalentes de *bypass*, deleção do e-mail incluindo anexos e *quarentenar* quando:
  - i) O número de arquivos em um arquivo compactado excede valor a ser configurado;
  - ii) A taxa de descompactação de um arquivo compactado excede valor a ser configurado;
  - iii) O número de camadas de descompactação em um arquivo compactado excede valor a ser configurado;
  - iv) O tamanho de um único arquivo descompactado excede valor a ser configurado;
  - v) Um arquivo do Office contém mais de valor a ser configurado.
- ll) As ações de verificação configuradas para cada exceção deverão ser aplicadas a todos os remetentes e destinatários;
- mm) Possibilitar a inclusão de *Tag*;
- nn) Possuir as seguintes condições para filtragem de conteúdo:
  - i) Tamanho da mensagem;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- ii) Assunto;
  - iii) Corpo do email;
  - iv) Cabeçalho;
  - v) Conteúdo do anexo;
  - vi) Nome e/ou extensão de arquivo;
  - vii) MIME *content-type*;
  - viii) Tamanho do anexo;
  - ix) Anexo protegido por senha;
  - x) Quantidade de anexos;
  - xi) Número de destinatários.
- oo)** Possuir ações através das regras permitindo definir o que acontecerá com as mensagens que atendam às condições dos critérios da regra:
- i) Criptografar mensagem de email;
  - ii) Monitorar, permitindo aos administradores o monitoramento das mensagens. As ações de monitoramento incluem o envio de uma mensagem de notificação para outras pessoas ou o envio de uma cópia oculta (Cco) da mensagem para outras pessoas;
  - iii) Bloquear, deverá interceptar a mensagem, impedindo que ela atinja o destinatário original. As ações de bloqueio incluem excluir a mensagem inteira, colocar em quarentena e enviar para um destinatário diferente;
  - iv) Modificar, permitindo alterar a mensagem e/ou seus anexos. As ações de modificação incluem limpeza de vírus que possam ser limpos, exclusão de anexos de mensagens, inserção de um carimbo no corpo da mensagem ou TAG de assunto.
- pp)** Possibilitar a seleção das correspondências ou correspondências equivalentes para acionar a regra a partir do atendimento total ou parcial dos critérios configurados;
- qq)** Ser possível criar políticas de *malwares*, spam e filtragem de conteúdo com:
- i) Definição do destinatário, possibilitando selecionar domínios cadastrados, domínios específicos e grupos de usuários;
  - ii) Especificação de endereços de remetente;
  - iii) Exceções.
- rr)** Possibilitar importar e exportar os destinatários, remetentes e listas de exceções;
- ss)** Ser possível criar políticas que executem ações em mensagens que contêm *malware*, *worms* ou outros códigos maliciosos;
- tt)** Ser possível realizar a limpeza de *malwares* ou códigos maliciosos, onde o *malware* pode ser removido com segurança do conteúdo do arquivo infectado, resultando em uma cópia não infectada da mensagem ou anexo original;
- uu)** Possuir integração com o *Active Directory*;
- vv)** Permitir o gerenciamento de múltiplos domínios;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- ww)** O uso das REST API's deve permitir executar operações para no mínimo: criação, leitura, atualização e exclusão;
- xx)** Criptografia de e-mail:
- i) Deverá ser capaz de criptografar e-mails baseado em políticas;
  - ii) Deverá assegurar a comunicação através da utilização do protocolo TLS;
  - iii) Deverá permitir a configuração da checagem do TLS;
  - iv) Deverá suportar: TLS 1.3, TLS 1.2, TLS 1.1, TLS 1.0.
- yy)** Rastreamento de e-mail e auditoria:
- i) Permitir o rastreamento de mensagens de forma centralizada e por meio da interface de gerenciamento, não sendo aceito pesquisa via linha de comando;
  - ii) Possuir o rastreamento de mensagens enviadas e recebidas;
  - iii) Possibilitar pesquisas de log de rastreamento de email por até 90 dias;
  - iv) Fornecer buscas para rastreamento de email por: período, direção do tráfego, remetente, destinatário, tipo (bloqueado/liberado), ação, assunto, ID da mensagem e Hash do anexo;
  - v) Possibilitar exportar a busca no formato .CSV;
  - vi) Permitir a consulta de eventos com os logs das políticas aplicadas por até 30 dias;
  - vii) Fornecer consulta de eventos com os logs das políticas por: período, direção do tráfego, remetente, destinatário, nome da regra, tipo de ameaça, anexo, BEC, conteúdo, DLP, Graymail, ransomware, phishing, spam, malware, web reputation, ID da mensagem e ação;
  - viii) Permitir rastrear os cliques de URL, por no mínimo, 30 dias;
  - ix) Permitir rastrear os cliques de URL por: data, direção do tráfego, remetente, destinatário, ID da mensagem, URL, ação e a hora em que um URL foi clicada;
  - x) Ser possível consultar os logs de auditoria da console da solução por no mínimo 30 dias;
  - xi) Ser possível encaminhar os *logs* para *syslog*.
- zz)** Relatórios:
- i) Fornecer relatórios com base em uma programação diária, semanal, mensal;
  - ii) Os relatórios deverão ser, pelo menos, no formato PDF;
  - iii) Ser possível criar relatórios agendados e manuais;
  - iv) Ser possível obter relatório sobre o resumo do tráfego de email de todos os domínios e por domínio, detecções de ameaças, detecções de arquivos da *sandbox*, detecções de URL da *sandbox* e os principais destinatários comprometidos por e-mail (BEC).
- aaa)** Notificações:
- i) Suportar notificação via e-mail;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- ii) Possuir modelos de notificação pré-definidos para violação de políticas;
  - iii) Notificar quando o e-mail possuir um anexo compactado;
  - iv) Notificar quando o e-mail tiver o tamanho da mensagem excedido;
  - v) Notificar quando uma regra for desencadeada;
  - vi) Notificar quando houver uma configuração de violação de segurança;
  - vii) Notificar quando um vírus e *spam* for identificado.
- bbb)** Prevenção contra vazamento de dados:
- i) Permitir gerenciar as mensagens de email com dados confidenciais e proteger contra perda de dados, monitorando as mensagens de email de saída;
  - ii) Possibilitar criar regras por expressões regulares, palavras chaves e atributos do arquivo;
  - iii) Possuir *templates* pré-definidos e customizados;
  - iv) Possuir uma base com modelos para criação de regras;
  - v) Permitir a customização de modelos de aderência a LGPD.
- ccc)** Da *quarentena*:
- i) Permitir visualizar as mensagens quarentenadas por data, direção do tráfego, remetente, destinatários e conteúdo;
  - ii) Permitir o gerenciamento da quarentena para múltiplos domínios;
  - iii) Permitir a customização da notificação de quarentena pelo menos semanalmente, diariamente ou mais vezes durante o dia;
  - iv) A notificação de quarentena deverá permitir a customização em língua inglesa e portuguesa;
  - v) Possibilitar a gestão de quarentena de forma que seja possível que o administrador possa visualizar: a razão de um determinado bloqueio, o remetente, o destinatário, a data, o assunto, o IP do host de destino, a mensagem original, o tamanho da mensagem original;
  - vi) Com base nos requisitos acima, deve ainda permitir as ações liberar e/ou excluir a mensagem;
  - vii) Permitir realizar o download da mensagem *quarentenada*;
  - viii) Caso uma mensagem seja bloqueada ou rejeitada, a solução deverá informar também a razão do bloqueio e quais as regras foram ativadas;
  - ix) Possuir *single sign-on* (SSO) para a quarentena de usuário;
  - x) Possibilitar utilizar duplo fator de autenticação;
  - xi) Possibilitar que usuário tome as seguintes ações ou similar em sua própria quarentena:
    - I.** Excluir e bloquear o remetente: possibilitando excluir permanentemente a mensagem e adicionar o endereço aos remetentes bloqueados;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- II. Excluir, possibilitando excluir permanentemente a mensagem;
  - III. Entregar e aprovar o remetente, permitindo liberar a mensagem da quarentena e adicionar o endereço aos remetentes aprovados, para que mensagens futuras de remetentes aprovados não sejam mantidas em quarentena;
  - IV. Entregar, permitindo assim liberar a mensagem da quarentena.
- xii) Possibilitar ao usuário criar listas de remetentes aprovados e remetentes bloqueados.
- ddd)** Instalação e ativação da solução:
- i) Deve ser realizada a instalação completa da solução dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a partir da assinatura do contrato. Este processo incluirá a implementação de todos os componentes, assegurando uma integração perfeita no ambiente da Crea-PR;
  - ii) Levantamento de requisitos: o Contratado conduzirá reuniões e verificações, presenciais ou remotas, para realizar um levantamento abrangente dos requisitos do ambiente computacional do Crea-PR. O objetivo é documentar e analisar as informações relacionadas aos componentes de infraestrutura, estabelecendo os parâmetros necessários para a configuração e integração bem-sucedidas da solução;
  - iii) Documentação da fase de instalação: ao finalizar a fase de instalação e preparar-se para a configuração, o licitante contratado apresentará os seguintes documentos ao Crea-PR:
    - I. Plano de Configuração: com diagrama de interconexão da solução; projeto lógico de configuração; configuração detalhada da solução.
    - II. Plano de Execução: com cronograma de atividades; responsáveis técnicos pelas atividades.
  - iv) Os documentos fornecerão uma visão clara e abrangente do planejamento para a configuração da solução, garantindo transparência e alinhamento entre ambas as partes;
  - v) Implementação da configuração: com base no Plano de Configuração apresentado, o licitante contratado dará início à fase de configuração da solução. Esta etapa compreenderá a aplicação das configurações específicas necessárias para otimizar o desempenho da solução no ambiente do Crea-PR. Todo o processo será conduzido considerando as melhores práticas do setor e as necessidades específicas identificadas durante o levantamento de requisitos;
  - vi) Testes e validação: após a configuração inicial, o Contratado realizará testes abrangentes para validar a funcionalidade e a integridade da solução. Isso incluirá testes de conectividade, integração com sistemas existentes, e verificações de desempenho. Qualquer ajuste necessário será feito para garantir que a solução opere de maneira eficiente e atenda aos padrões de qualidade.
2. Fornecimento de licenças e instalação de *software* de segurança para *endpoints* com detecção e resposta (antivírus), do padrão *Trend Micro Apex One Academic* do fabricante *Trend Micro*, ou similar com as seguintes características mínimas:





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- a) Vigência de 36 (trinta e seis) meses;
- b) Quantidade: 600 (seiscentas) licenças;
- c) A solução deverá ser entregue na modalidade *on-premise* (local);
- d) A solução deve ser toda de um único fabricante;
- e) Possuir console *Web* para gerenciamento e administração da ferramenta;
- f) A proteção para estações de trabalho deverá prover *Anti-Malware, Firewall, Host IPS, Controle de Aplicações, Controle de dispositivos e EDR (endpoint detection and response)* em um único agente;
- g) O fabricante da solução deve dispor de laboratório próprio para desenvolvimento de vacinas e *engines*;
- h) Todas as funcionalidades descritas devem estar licenciadas, ativadas e com atualizações disponíveis pelo fabricante, assim como permanecer durante toda a validade do contrato sem custo adicional;
- i) Módulo de proteção *anti-malware*:
  - i) Ser capaz de realizar a proteção contra códigos maliciosos nos seguintes sistemas operacionais:
    - I. *Windows Server* 2012 e superior;
    - II. *Windows* 10 (x86/x64) e superior.
  - ii) Disponibilizar evidências de varredura em todas as estações de trabalho, identificando as atualizações de sucesso e as ações de insucesso. Para garantir que os casos de insucesso sejam monitorados para tomada de ações pontuais;
  - iii) Detectar, analisar e eliminar programas maliciosos, tais como vírus, *spyware, worms*, cavalos de tróia, *keyloggers*, programas de propaganda, *rootkits, phishing*, dentre outros;
  - iv) Detectar, analisar e eliminar, automaticamente e em tempo real, programas maliciosos em processos em execução em memória principal (RAM);
  - v) Detectar e proteger em tempo real a estação de trabalho contra vulnerabilidades e ações maliciosas executadas em navegadores web por meio de scripts em linguagens tais como *Javascript* e *VBScript*;
  - vi) Possuir detecção heurística de vírus desconhecidos;
  - vii) Permitir configurar o consumo de CPU que será utilizada para uma varredura manual ou agendada;
  - viii) Permitir diferentes configurações de detecção (varredura ou rastreamento):
    - I. Em tempo real de arquivos acessados pelo usuário;
    - II. Em tempo real dos processos em memória, para a captura de programas maliciosos executados em memória, sem a necessidade de escrita de arquivo;
    - III. Manual, imediato ou programável, com interface gráfica em janelas, personalizável, com opção de limpeza;
    - IV. Automáticos do sistema com as seguintes opções:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- A.** Escopo: todos os discos locais, discos específicos, pastas específicas ou arquivos específicos;
  - B.** Ação: somente alertas, limpar automaticamente, apagar automaticamente, renomear automaticamente, ou mover automaticamente para área de segurança (quarentena);
  - C.** Frequência: diária, semanal e mensal;
  - D.** Exclusões: pastas ou arquivos (por nome e/ou extensão) que não devem ser rastreados.
- ix) Ser capaz de aferir a reputação das URL's acessadas pelas estações de trabalho, sem a necessidade de utilização de qualquer tipo de programa adicional ou *plug-in* ao navegador *web*, de forma a proteger o usuário independentemente da maneira de como a URL está sendo acessada;
  - x) Ser capaz de detectar variantes de *malwares* que possam ser geradas em tempo real na memória da estação de trabalho, permitindo que seja tomada ação de quarentena da ameaça;
  - xi) Possuir capacidade de escaneamento de arquivos compactados e, em caso de identificação de um arquivo malicioso, apenas este deve ser removido, mantendo os demais intactos;
  - xii) Ser capaz de bloquear o acesso a qualquer site não previamente analisado pelo fabricante;
  - xiii) Permitir a restauração de maneira granular de arquivos *quarentenados* sob suspeita de representarem risco de segurança;
  - xiv) Ter funcionalidade de *machine learning* para detectar e tomar ações sobre ameaças desconhecidas e suspeitas;
  - xv) Possuir funcionalidade de *machine learning* em *runtime* para evitar possíveis métodos de *obfuscação* que o módulo de *machine learning* em pré-execução não consiga detectar;
  - xvi) Fornecer um informativo compreensivo de cada simulação que descreva as ações e respectivos metadados, bem como, o porquê do veredito emitido pela *machine learning*;
  - xvii) Deve bloquear processos comuns associados a *ransomware*;
  - xviii) Em casos de ataques de *ransomware*, a solução deve ter a capacidade de interromper o processo de criptografia e restaurar os arquivos originais aos seus respectivos diretórios
  - xix) Possuir funcionalidade de detecção de *malwares* conhecidos e desconhecidos por comportamento;
  - xx) Possuir a integração com solução de análise de artefatos suspeitos (*sandbox*) do próprio fabricante.
- j)** Funcionalidade de atualização:
- i) Permitir atualização incremental da lista de definições de vírus;
  - ii) Permitir o *rollback* das atualizações das listas de definições de vírus e *engines*;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- iii) Permitir a indicação de agentes para efetuar a função de replicador de atualizações e configurações, de forma que outros agentes possam utiliza-los como fonte de atualizações e configurações, não sendo necessária a comunicação direta com o servidor de *anti-malware* para essas tarefas;
  - iv) Permitir que os agentes de atualização possam replicar os componentes de vacinas, motores de escaneamento, versão de programas, *hotfix* e configurações específicas de domínios da árvore de gerenciamento;
  - v) O agente replicador de atualizações e configurações deve ser capaz de gerar localmente versões incrementais das vacinas a serem replicadas com os demais agentes locais, de maneira a reduzir o consumo de banda necessário para execução da tarefa de atualização.
- k) Funcionalidade de administração:**
- i) Permitir proteção das configurações da solução instalada na estação de trabalho através de senha ou controle de acesso, em ambos os casos, controlada por política gerenciada pela console de administração da solução completa;
  - ii) Possibilitar instalação "silenciosa";
  - iii) Permitir o bloqueio por nome de arquivo;
  - iv) Permitir o travamento de pastas e diretórios;
  - v) Permitir o travamento de compartilhamentos;
  - vi) Permitir o rastreamento e bloqueio de infecções;
  - vii) Possuir mecanismo de detecção de ameaças baseado em comportamento de processos que estão sendo executados nas estações de trabalho;
  - viii) Ter a possibilidade de exportar/importar configurações da solução através da console de gerenciamento;
  - ix) Permitir a deleção dos arquivos *quarentenados*;
  - x) Permitir remoção automática de clientes inativos por determinado período de tempo;
  - xi) Permitir integração com serviço de autenticação como *active directory* para acesso a console de administração;
  - xii) Identificar através da integração com o *active directory*, quais máquinas estão sem a solução de *anti-malware* instalada;
  - xiii) Permitir criação de diversos perfis e usuários para acesso a console de administração;
  - xiv) Permitir que a solução utilize consulta externa à base de reputação de sites integrada e gerenciada através da solução de *anti-malware*, com opção de configuração para estações dentro e fora da rede, cancelando a conexão de forma automática baseado na resposta à consulta da base do fabricante;
  - xv) Permitir agrupamento automático de estações de trabalho e notebooks da console de gerenciamento baseando-se no escopo do *active directory*, tipo ou IP;
  - xvi) Permitir criação de subdomínios consecutivos dentro da árvore de gerenciamento;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- xvii) Possuir solução de reputação de sites local para sites já conhecidos como maliciosos integrada e gerenciada através da solução de antivírus, com opção de configuração para estações dentro e fora da rede, cancelando a conexão de forma automática baseado na resposta à consulta da base do fabricante;
  - xviii) Suportar múltiplas florestas e domínios confiáveis do *active directory*;
  - xix) Utilizar de chave de criptografia que seja/esteja em conformidade com o *active directory* para realizar uma conexão segura entre servidor de antivírus e o controlador de domínio;
  - xx) Permitir a criação de usuários locais de administração da console de *anti-malware*;
  - xxi) Possuir a integração com o *active directory* para utilização de seus usuários para administração da console de *anti-malware*;
  - xxii) Permitir criação de diversos perfis de usuários que permitam acessos diferenciados e customizados a diferentes partes da console de gerenciamento;
  - xxiii) Utilizar de mecanismo de autenticação da comunicação entre o servidor de administração e os agentes de proteção distribuídos nas estações de trabalho e notebooks;
  - xxiv) Permitir a gerência de domínios separados para usuários previamente definidos;
  - xxv) Ser capaz de enviar notificações específicas aos respectivos administradores de cada domínio definido no console de administração;
  - xxvi) Permitir configuração do serviço de reputação de sites da *web* em níveis: baixo, médio e alto.
- D) Funcionalidade de controle de dispositivos:
- i) As configurações da funcionalidade de controle de dispositivos devem ser aplicadas por usuário;
  - ii) Permitir políticas e ações diferentes para dispositivos conectados à rede interna e aqueles utilizados na rede externa (conectado à Internet, por exemplo);
  - iii) Possuir controle de acesso a discos removíveis reconhecidos como dispositivos de armazenamento em massa através de interfaces USB e outras, com as seguintes opções: acesso total, leitura e escrita, leitura e execução, apenas leitura, e bloqueio total;
  - iv) Possuir o controle de acesso a drives de mídias de armazenamento como CD-ROM, DVD, com as opções de acesso total, leitura e escrita, leitura e execução, apenas leitura e bloqueio total;
  - v) Ser capaz de identificar smartphones e tablets como destinos de cópias de arquivos e tomar ações de controle da transmissão;
  - vi) Possuir o controle a drives mapeados com as seguintes opções: acesso total, leitura e escrita, leitura e execução, apenas leitura e bloqueio total;
  - vii) Permitir escaneamento dos dispositivos removíveis e periféricos (USB, disquete, cdrom) mesmo com a política de bloqueio total ativa;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- viii) Para ação de restrição como o bloqueio, a solução deve permitir adicionais dispositivos USB autorizados, bem como apontar executáveis específicos como exceção ao bloqueio;
  - ix) Ter a capacidade de bloquear a função de *autorun* nos dispositivos;
  - x) Permitir controle de permissão ou bloqueio para dispositivos que não armazenam dados tendo, pelo menos, os seguintes tipos de dispositivos: adaptadores *bluetooth*, dispositivos de imagem, modems, *interfaces wireless* externas, cartões PCMCIA, dispositivos infravermelhos e portas COM/LPT.
- m) Módulo para controle de aplicações:**
- i) As regras de controle de aplicação devem permitir as seguintes ações:
    - I.** Permissão de execução;
    - II.** Bloqueio de execução;
    - III.** Bloqueio de novas instalações.
  - ii) A regra de liberação para o controle de aplicação deverá permitir que o programa liberado efetue ou não a execução de outros processos,
  - iii) As regras de controle de aplicação devem permitir o modo de apenas coleta de eventos (*logs*), sem a efetivação da ação regra;
  - iv) As regras de controle de aplicação devem permitir os seguintes métodos para identificação das aplicações:
    - I.** Assinatura, do padrão SHA, do executável;
    - II.** Atributos do certificado utilizado para assinatura digital do executável;
    - III.** Caminho lógico do executável;
    - IV.** Base de assinaturas de certificados digitais válidos e seguros.
  - v) As regras de controle de aplicação devem possuir categorias pré-determinadas de aplicações;
  - vi) As políticas de segurança devem permitir a utilização de múltiplas regras de controle de aplicações;
  - vii) O módulo de controle de aplicativos deve possuir uma lista de aplicações mal-intencionados para bloqueio e monitoramento tendo, pelo menos, as categorias de *keyloggers*, *anonimizadores* de *proxy*, *P2P*, *crackers* de senhas;
  - viii) Deve permitir a busca por aplicações ou fabricante destas;
  - ix) Deve possuir ferramenta para extrair o *hash* de um ou um grupo de executáveis, permitindo a importação destes *hashes* através de arquivo CSV.
- n) Proteção contra URLs maliciosas:**
- i) Deve permitir a proteção contra acesso a *websites* ou *URLs* consideradas maliciosas ou de baixa reputação;
  - ii) A lista de *URLs* deve ser fornecida e atualizada automaticamente pelo fabricante, permitindo a consulta em uma base local ou na nuvem da reputação das *URLs* acessadas;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- iii) A solução deve permitir alterar o nível de sensibilidade para detecção de *URLs* maliciosas tendo, pelo menos, os níveis considerados baixo, médio e alto;
  - iv) Deve permitir a criação de listas de exclusão, permitindo que usuários acessem determinadas *URLs* especificadas pelo administrador do sistema;
  - v) Deve permitir configurar notificações personalizadas para detecções desse módulo, deixando a cargo do administrador exibir ou não tais notificações;
  - vi) Deve ter capacidade de identificar acessos a *URLs* maliciosas além das portas padrão 80 e 443;
  - vii) A solução deve permitir que o administrador reclassifique uma *URL* através do site do fabricante para evitar falsos positivos;
  - viii) Deve possibilitar proteção através da instalação de agente de segurança do fabricante da solução de segurança.
- o) Prevenção contra perda de dados (DLP):**
- i) Ser capaz de detectar informações, em documentos nos formatos:
    - I.** *Microsoft Office* (doc, docx, xls, xlsx, ppt, pptx);
    - II.** *OpenOffice*;
    - III.** *rtf, wordpad, text; xml, html*;
    - IV.** Gráficos: *visio, postscript, pdf, tiff*.
  - ii) Ser capaz de detectar informações, com base em:
    - I.** Dados estruturados, dados pessoais, endereços de e-mail, CPF, entre outros;
    - II.** Palavras ou frases configuráveis;
    - III.** Expressões regulares;
    - IV.** Extensão dos arquivos.
  - iii) Ser capaz de detectar informações em arquivos compactados;
  - iv) Permitir a criação de modelos personalizados para identificação de informações;
  - v) Permitir a criação de políticas personalizadas;
  - vi) Permitir a criação de políticas baseadas em múltiplos modelos;
  - vii) Permitir mais de uma ação para cada política, como:
    - I.** Apenas registrar o evento da violação;
    - II.** Bloquear a transmissão;
    - III.** Gerar alertar para o usuário;
    - IV.** Gerar alertar na central de gerenciamento;
    - V.** Capturar informação para uma possível investigação da violação.
  - viii) Permitir criar regras distintas com base se a estação está fora ou dentro do ambiente físico;
  - ix) Ser capaz de identificar e bloquear informações nos meios de transmissão:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- I. Cliente de e-mail;
  - II. Protocolos *HTTP, HTTPS, FTP*;
  - III. Mídias removíveis.
- p) Instalação e ativação da solução:
- i) Deverá ser realizada a instalação completa da solução dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a partir da assinatura do contrato. Este processo incluirá a implementação de todos os componentes, assegurando uma integração perfeita no ambiente da Crea-PR;
  - ii) Levantamento de requisitos: o Contratado conduzirá reuniões e verificações, presenciais ou remotas, para realizar um levantamento abrangente dos requisitos do ambiente computacional do Crea-PR. O objetivo é documentar e analisar as informações relacionadas aos componentes de infraestrutura, estabelecendo os parâmetros necessários para a configuração e integração bem-sucedidas da solução;
  - iii) Documentação da fase de instalação: ao finalizar a fase de instalação e preparar-se para a configuração, o licitante contratado apresentará os seguintes documentos ao Crea-PR:
    - I. Plano de configuração: com diagrama de interconexão da solução; projeto lógico de configuração; configuração detalhada da solução.
    - II. Plano de execução: com cronograma de atividades; responsáveis técnicos pelas atividades.
  - iv) Estes documentos fornecerão uma visão clara e abrangente do planejamento para a configuração da solução, garantindo transparência e alinhamento entre ambas as partes;
  - v) Implementação da configuração: com base no plano de configuração apresentado, o Contratado dará início à fase de configuração da solução. Esta etapa compreenderá a aplicação das configurações específicas necessárias para otimizar o desempenho da solução no ambiente do Crea-PR. Todo o processo será conduzido considerando as melhores práticas do setor e as necessidades específicas identificadas durante o levantamento de requisitos;
  - vi) Testes e validação: após a configuração inicial, o Contratado realizará testes abrangentes para validar a funcionalidade e a integridade da solução. Isso incluirá testes de conectividade, integração com sistemas existentes, e verificações de desempenho. Qualquer ajuste necessário será feito para garantir que a solução opere de maneira eficiente e atenda aos padrões de qualidade.
3. Fornecimento de licenças e instalação de software de correlação, telemetria, detecção e resposta do tipo XDR (*Extended detection and response*), do padrão *Trend Micro Vision One* do fabricante Trend Micro ou similar, com as seguintes características mínimas:
- a) Vigência: 36 (trinta e seis) meses;
  - b) Quantidades: 600 (seiscentas) licenças;
  - c) A solução poderá ser entregue nas modalidades *on-premise* (local) ou em formato SaaS (*Software as a Service*);



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- d) O fabricante deve implementar e organizar os ataques baseados no framework MITRE ATT&CK, identificando técnicas e táticas dos ataques;
- e) Possuir módulo de investigação e detecção integrados;
- f) Fazer uso de inteligência artificial e inteligência de ameaças do fabricante da solução para analisar e correlacionar às atividades dos sensores do ambiente;
- g) Possuir painéis que apresentem visualização executiva dos principais incidentes e atividades no ambiente com base nos usuários, aplicações acessadas e estações de trabalho;
- h) O *dashboard* da solução deve permitir a criação de abas e seleção de *widgets* de acordo com a necessidade do administrador;
- i) O *dashboard* deverá exibir um mapeamento com as técnicas do *mitre att&ck* observadas no ambiente. As técnicas, quando clicadas, devem direcionar para o detalhe da detecção;
- j) Utilizar bases de inteligência de ameaças integrando relatórios de inteligência do fabricante e de terceiros para ajudar a identificar ameaças no ambiente;
- k) Apresentar os alertas consolidados e correlacionados de ameaças para melhor investigação e resposta;
- l) Fornecer a capacidade de realizar buscas avançadas para localizar dados ou objetos no ambiente para análise avançada de atividades ou detecções;
- m) Capacidade de construir sequências de buscas customizadas para localizar os dados ou objetos no ambiente;
- n) Ser possível realizar buscas através de *strings* parciais, exatas, valores nulos, *wildcards* e caracteres especiais;
- o) Permitir investigar os alertas gerados pelos modelos de detecção por meio de uma análise impacto e análise de causa-raiz;
- p) Consolidar e correlacionar diferentes modelos de ameaça relacionados a um único evento;
- q) Permitir que as detecções sejam correlacionadas com módulos de servidores, rede e e-mail do próprio fabricante através de console dedicada. Não serão aceitas consoles de correlação de terceiros;
- r) Possuir capacidade de encaminhar as atividades suspeitas identificadas nos servidores para a console de correlação centralizada;
- s) Atuar baseado em modelos de detecção de ataques avançados e furtivos;
- t) Os *logs* de detecções devem estar disponíveis na console por, no mínimo, 30 dias;
- u) A console de correlação centralizada deve possuir informações a respeito dos principais ataques que estão ocorrendo no mundo, quais plataformas e países são afetados, além de links para obter mais informações;
- v) Permitir a realização de buscas de indicadores de comprometimento de forma proativa em estações Windows, baseado na rede de inteligência do fabricante, notificando o administrador quando indicadores de determinados ataques forem detectados;





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- w) O console deve permitir o *single sign-on*;
- x) Consolidar e correlacionar diferentes modelos de ameaça relacionados a um único evento;
- y) Exibir os eventos de forma a priorizar os alertas mais críticos para que o analista realize a investigação, como pontuações ou níveis de prioridade;
- z) Ser possível criar usuários com permissões distintas, contendo no mínimo, permissão total e permissão para realizar investigações;
- aa) Permitir habilitar ou desabilitar um determinado usuário sem excluí-lo da console;
- bb) Ser possível interagir com cada um dos objetos relacionados ao evento para análise avançada e resposta;
- cc) Permitir o envio de notificações para os administradores através de e-mail, *API* e integrações com *SIEMs*;
- dd) Prover visualização em linha do tempo com informações dos eventos monitorados em cada estação de trabalho;
- ee) Permitir a visualização entre usuários, servidores, processos/comandos, arquivos e demais componentes correlacionados em determinado ataque;
- ff) Informar com qual técnica e tática do *mitre att&ck framework* o ataque está relacionado, além de possuir link direto para o site da organização;
- gg) Mostrar, pelo menos, o *timestamp*, objetos envolvidos (comandos, processos, usuários, servidores);
- hh) Ao clicar em quaisquer dos objetos, a solução deve permitir realizar buscar específicas pelo objeto ou ainda executar ações como executar investigações mais aprofundadas;
- ii) Informar qual o escopo de impacto ou dimensionar o impacto em servidores, estações de trabalho e usuários, indicando a quantidade de componentes afetados no ataque;
- jj) Permitir que o analista possa alterar o status dos incidentes de acordo com seu tratamento e indicar falsos positivos para a plataforma;
- kk) Permitir adicionar arquivos *SHA*, *URLs*, *IPs* ou domínios a lista de bloqueio dos sensores;
- ll) Permitir terminar processos ativos executados nas estações de trabalhos e servidores;
- mm) Permitir coletar e fazer o download de um arquivo para investigação local detalhada;
- nn) Isolar a estação de trabalho desconectando-a da rede e permitindo se comunicar exclusivamente com a console de gerenciamento do fabricante;
- oo) Restaurar a conectividade da estação de trabalho com a rede;
- pp) Iniciar uma sessão de *shell* remoto na estação de trabalho selecionada para execução de comandos remotos para investigação;
- qq) Deve ser possível fazer o *download* do histórico da sessão após finalizar a sessão remota do *shell* na estação de trabalho para fins de auditoria.
- rr) Deve possuir painéis online (*dashboards*) de monitoração do *status* e saúde da solução, incluindo, pelo menos, as seguintes métricas:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- i) *Status* de coleta de logs e agregação;
  - ii) *Status* de captura de pacotes e agregação, quando contratado componente para análise de pacotes de rede;
  - iii) *Status* das estações de trabalho e servidores, quando contratado componente de detecção e resposta em *endpoints*.
- ss) Requisitos de armazenamento dos componentes para detecção e respostas à incidentes:
- i) Permitir disponibilizar por, no mínimo, 30 (trinta) dias os logs coletados, informações de fluxo e seus metadados, com gerenciamento automático da retenção dos dados;
  - ii) Permitir disponibilizar por, no mínimo, 15 (quinze) dias o tráfego de rede coletado e, pelo menos, 30 (trinta) dias os seus metadados, com gerenciamento automático da retenção dos dados, quando contratado componente para análise de pacotes de rede;
  - iii) Suportar armazenamento de logs, fluxos, telemetria de estações e servidores (quando contratado componente de detecção e resposta em *endpoints*), tráfego de rede (quando contratado componente de análise de pacotes de rede);
  - iv) Classificar as regras de acordo com severidade para melhor verificação nos *logs* e recebimento de alertas;
  - v) Prover mecanismos de importação ou restauração para análise de logs e metadados que foram movidos para a camada *cold*. A solução deve suportar a exclusão posterior dos dados que foram importados ou restaurados.
- tt) Requisitos de análise e investigações dos componentes para detecção e resposta a incidentes:
- i) Disponibilizar um *dashboard* de fácil visualização de alertas e incidentes.
  - ii) Prover uma interface de investigação e exploração de metadados extremamente intuitiva, permitindo que, com poucas interações, seja possível chegar a uma ação suspeita ou ataque a partir dos eventos de logs, fluxo de rede, telemetria de estações e servidores (quando contratado componente de detecção e resposta em *endpoints*) e pacotes de rede (quando contratado componente de análise de pacotes de rede);
  - iii) Ser capaz de exibir graficamente a relação entre as entidades (*IP*, *host*, arquivo, usuário) envolvidas em um alerta relacionado a um incidente.
  - iv) Prover informações contextuais na interface de investigações, de forma visualizar durante investigações de incidentes se endereços foram encontrados em outros alertas, incidentes, fontes *STIX/TAXII* ou listas definidas na solução;
  - v) Permitir prover informações contextuais através da integração com o sistema de orquestração e governança em segurança, permitindo visualizar durante investigações de incidentes informações de governança relacionadas aos ativos, incluindo, pelo menos, nome e tipo de ativo, nível de criticidade, nível de risco, nível de conformidade, unidade de negócio, usuário responsável e processos de negócios;
  - vi) Permitir a administração, configuração, investigação, análise e resposta, de forma centralizada e em uma única console dos componentes para captura de eventos,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- logs*, fluxo de rede e tráfego de rede (quando contratado componente de análise de pacotes de rede);
- vii) Permitir a investigação de metadados independente da origem, devendo considerar informações extraída dos *logs*, fluxo de rede, telemetria de estações e servidores e pacotes de rede;
  - viii) Permitir buscas utilizando expressões regulares em todo o conteúdo dos dados e metadados capturados;
  - ix) Permitir buscas com expressões em texto livre que pode estar presente em qualquer metadado. Por exemplo, realizar uma busca por “arquivo.doc” e retornar eventos que possua este valor em qualquer campo e não apenas no “nome do arquivo”;
  - x) Permitir aplicação de filtros de pesquisa de forma fácil e intuitiva durante a pesquisa de eventos coletados;
  - xi) Permitir realizar buscas utilizando atributos do *framework mitre att&ck* utilizando valores mapeados nos eventos e alertas;
  - xii) Prover uma console e visão intuitiva para realizar investigações sobre os dados coletados e metadados;
  - xiii) Possuir a capacidade de navegação contínua sobre os dados em formato “*drill down*”, sem a obrigatoriedade de realizar pesquisas avançadas;
  - xiv) Permitir a configuração dos metadados que são exibidos durante uma investigação;
  - xv) Permitir recuperar os eventos originais, ou seja, o *log*, fluxo de rede, telemetria de estações e servidores (quando contratado componente de detecção e resposta em *endpoints*) e pacotes de rede a partir da investigação;
  - xvi) Permitir abrir consultas externas em outros serviços, tais como *virustotal*, *google e sans ip history*, a partir dos metadados;
  - xvii) A solução deve ter serviço de monitoração e gestão de riscos que permita a identificação de ameaças digitais conhecidas e não conhecidas por soluções de antivírus tradicionais, permitindo a composição de serviços de mitigação complementares para a segurança do ambiente;
  - xviii) Possuir capacidade de geração de relatórios dos seguintes tipos e contendo as seguintes características:
    - I.** Visão geral dos incidentes de segurança;
    - II.** Discriminação dos tipos de incidentes;
    - III.** *Top* ameaças analisadas;
    - IV.** *Top hosts* infectados;
    - V.** Recomendações de segurança.
  - xix) Possuir detalhes técnicos dos incidentes detectados;
  - xx) Possuir estatística do tráfego analisado;
  - xxi) Possuir indicadores de risco do ambiente;
  - xxii) Recomendações de segurança;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- xxiii) Possuir painéis que apresentem visualização executiva dos principais incidentes e atividades no ambiente com base nos usuários, aplicações acessadas e estações de trabalho;
- xxiv) As regras de blindagem contra vulnerabilidades deverão conter links com referências externas, isto quando aplicável, explicando a vulnerabilidade do fabricante ou *CVE* relacionado.

**uu) Instalação e ativação da solução:**

- i) Deverá ser realizada a instalação completa da solução dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a partir da assinatura do contrato. Este processo incluirá a implementação de todos os componentes, assegurando uma integração perfeita no ambiente da Crea-PR;
  - ii) Levantamento de requisitos: o Contratado conduzirá reuniões e verificações, presenciais ou remotas, para realizar um levantamento abrangente dos requisitos do ambiente computacional do Crea-PR. O objetivo é documentar e analisar as informações relacionadas aos componentes de infraestrutura, estabelecendo os parâmetros necessários para a configuração e integração bem-sucedidas da solução;
  - iii) Documentação da fase de instalação: ao finalizar a fase de instalação e preparar-se para a configuração, o Contratado apresentará os seguintes documentos ao Crea-PR:
    - I.** Plano de configuração: com diagrama de interconexão da solução; projeto lógico de configuração; configuração detalhada da solução.
    - II.** Plano de execução: com cronograma de atividades; responsáveis técnicos pelas atividades.
  - iv) Estes documentos fornecerão uma visão clara e abrangente do planejamento para a configuração da solução, garantindo transparência e alinhamento entre ambas as partes;
  - v) Implementação da configuração: com base no plano de configuração apresentado, o licitante contratado dará início à fase de configuração da solução. Esta etapa compreenderá a aplicação das configurações específicas necessárias para otimizar o desempenho da solução no ambiente do Crea-PR. Todo o processo será conduzido considerando as melhores práticas do setor e as necessidades específicas identificadas durante o levantamento de requisitos;
  - vi) Testes e validação: após a configuração inicial, o Contratado realizará testes abrangentes para validar a funcionalidade e a integridade da solução. Isso incluirá testes de conectividade, integração com sistemas existentes, e verificações de desempenho. Qualquer ajuste necessário será feito para garantir que a solução opere de maneira eficiente e atenda aos padrões de qualidade.
- 4. Prestação de serviços de suporte técnico especializado pelo Contratado, com os seguintes itens mínimos:**
- a)** Disponibilização de 360 (trezentos e sessenta) horas técnicas que serão utilizadas para suporte, as quais poderão ser utilizadas durante o período de vigência do contrato (36 meses). O pagamento dessas horas será realizado conforme a utilização (por demanda).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- b) O suporte técnico poderá ser realizado de forma presencial ou remota. Caso seja impossível o acesso remoto devido a problema em *link* ou devido à inoperância do sistema, o suporte deverá ser de forma presencial na cidade de Curitiba/PR.
  - c) Os custos relativos ao deslocamento de técnicos são de responsabilidade do Contratado.
  - d) O suporte técnico deverá contemplar no mínimo os serviços de:
    - i. Avaliação do ambiente em que as soluções estão implantadas, além do atual estado de uso e configuração das ferramentas contratadas, indicando os pontos assertivos de uso, sugestões de implementação ou melhoria, e pontos de configuração ou uso das melhores práticas, bem como sugestões para correção;
    - ii. Análise e resposta a incidentes;
    - iii. Revisão ou aplicação de configurações nas soluções contratadas;
    - iv. Implantação/reinstalação/atualização das soluções contratadas;
    - v. Verificação de inoperância, erros ou avisos das soluções contratadas;
    - vi. Abertura de chamados técnicos no fabricante;
    - vii. Estudo e proposição de uso das funcionalidades contempladas nas licenças em uso;
    - viii. Provas de conceito;
    - ix. Demais serviços relacionados às soluções contratadas.
  - e) Os serviços indicados na alínea anterior serão executados mediante demanda e com agendamento prévio, podendo ser realizados durante o horário comercial, exceto nas situações em que as aplicações fiquem indisponíveis para os usuários, exigindo assim que a execução seja realizada no menor tempo, inclusive fora do horário comercial;
  - f) O Contratado deverá firmar o termo de confidencialidade constante do **Anexo A**.
5. Integra ainda o objeto a prestação de serviços de treinamento técnico pelo Contratado, com os seguintes itens mínimos:
- a) Disponibilização de, no mínimo, 40 (quarenta) horas de treinamento, podendo ser ministradas em sequência ou não;
  - b) O treinamento deverá ser realizado de forma presencial, para 3 participantes, na cidade de Curitiba, podendo ser realizado nas instalações do Crea-PR;
  - c) Os custos relativos ao deslocamento de técnicos são de responsabilidade do Contratado;
  - d) O treinamento deverá abarcar todas as ferramentas contempladas no contrato e possuir, no mínimo:
    - i. Visão geral;
    - ii. Configuração;
    - iii. Gerenciamento;
    - iv. Gerenciamento dos agentes;
    - v. Implementação políticas;
    - vi. Configurações e funcionalidades avançadas;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- vii.** Análise e detecções de ameaças;
  - viii.** Investigação de incidentes.
- 6.** São responsabilidades do Contratado, além daquelas já expressamente definidas nas demais condições deste instrumento:
- a)** Cumprir a legislação e as normas técnicas inerentes à execução do objeto e a sua atividade, inclusive da ABNT e das entidades de regulamentação e fiscalização profissional, se for o caso;
  - b)** Após a convocação, firmar o Contrato no prazo máximo estabelecido, sob a pena de aplicação das sanções previstas;
  - c)** Cumprir os prazos para a execução do objeto;
  - d)** Não transferir indevidamente a outrem, a execução do objeto e demais obrigações avençadas;
  - e)** Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo CREA-PR em no máximo 2 (dois) dias úteis contados da solicitação, cujas reclamações se obriga a se manifestar e a atender prontamente;
  - f)** Contratar e treinar todo o pessoal necessário à execução do objeto;
  - g)** Fornecer para seus empregados todos os equipamentos necessários à execução do objeto, inclusive e principalmente, aqueles que se referirem à proteção individual e coletiva;
  - h)** Manter durante toda a execução do objeto, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para sua contratação em compatibilidade com as obrigações assumidas;
  - i)** Substituir, sempre que exigido pelo CREA-PR e independentemente de justificativa, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina ou ao interesse do Serviço Público;
  - j)** Executar o objeto dentro dos parâmetros e rotinas previamente estabelecidas, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, pelas normas e pela legislação vigentes;
  - k)** Assumir:
    - i.** Todos os ônus com os encargos fiscais e comerciais, impostos, taxas e seguros, relativamente à execução do objeto, bem como a qualquer acidente de que venham a ser vítimas seus profissionais e/ou por aqueles causados por eles a terceiros, quando da execução do objeto;
    - ii.** Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Crea-PR;
    - iii.** Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do Crea-PR;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- iv.** Todos os encargos de eventual demanda trabalhista, cível ou penal, relacionada à execução do objeto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
  - v.** Todos os eventuais danos causados diretamente ao Crea-PR, quando estes tiverem sido ocasionados, por seus empregados ou prepostos durante a execução do objeto;
  - vi.** Todas as despesas decorrentes da não observância das condições constantes do objeto, bem como de infrações praticadas por seus empregados ou prepostos, ainda que no recinto do Crea-PR;
  - vii.** Todas as despesas diretas ou indiretas, tais como salário, transporte, alimentação, diárias, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a seus empregados na execução do objeto, bem como aquelas realizadas com eventuais terceirizações, ficando o Crea-PR isento de qualquer vínculo empregatício.
  - viii.** Objetivamente, inteira responsabilidade civil e administrativa pela execução do objeto na hipótese de qualquer dano ou prejuízo, pessoal ou material, causado voluntária ou involuntariamente por seus prepostos durante e/ou em consequência da execução do objeto contratado, providenciando, sem alteração do prazo estipulado, imediata reparação dos danos ou prejuízos impostos ao Crea-PR e/ou a terceiros, inclusive despesas com custas judiciais e honorários advocatícios, se houver.
- l)** Indicar e manter o seu representante junto ao Crea-PR, que durante o período de vigência do Contrato será a quem a Administração recorrerá sempre que for necessário, inclusive para requerer esclarecimentos e exigir solução para as reclamações que porventura surjam durante a execução do objeto;
  - m)** Zelar pelo sigilo inerente à execução do objeto e pela confidencialidade quanto aos dados e informações do Crea-PR a que eventualmente tenha acesso, empregando todos os meios necessários para tanto;
  - n)** Emitir Comunicado de Acidente de Trabalho – CAT, em formulário próprio do INSS, em caso de eventual ocorrência de acidente com seus empregados nas dependências do Crea-PR, apresentando cópia à fiscalização deste instrumento;
  - o)** Não contratar para atuar na execução do objeto servidor pertencente ao quadro de pessoal do Crea-PR, ou terceiro que já lhe preste serviços;
  - p)** Manter atualizado o banco de dados dos empregados que estejam eventualmente desempenhando suas atividades nas instalações do Crea-PR, contendo, minimamente: nome, CPF, nível de escolaridade, endereço residencial e telefone, disponibilizando-o, sempre que formalmente solicitado;
  - q)** Instruir ao seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações do Crea-PR, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, se for o caso;
  - r)** Providenciar, sem custos e/ou procedimentos adicionais, a imediata substituição de qualquer insumo inadequado, assim considerado como sendo aquele que não atenda às especificações deste instrumento;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- s) Executar o objeto com esmero e correção, refazendo tudo aquilo que for impugnado pelo Fiscal do Contrato, mesmo que já realizado ou em execução, sem acréscimo de prazo e/ou ônus para a o Crea-PR;
- t) Efetuar a execução do objeto sem qualquer tipo de prejuízo ou transtorno às atividades do Crea-PR;
- u) Comunicar a fiscalização do contrato, formalmente e por meio de protocolo, qualquer anormalidade na correta fruição do objeto, prestando os esclarecimentos que julgar necessários, bem como comunicar prontamente a eventual impossibilidade de execução de qualquer obrigação ajustada, visando à adoção das medidas cabíveis por parte do Crea-PR;
- v) Não utilizar o nome e/ou logomarca do Crea-PR em qualquer tipo de divulgação da sua atividade, mesmo após o encerramento da execução do objeto;
- w) Não se pronunciar a imprensa em geral, sobre quaisquer assuntos relativos às atividades do Crea-PR que por ventura tenha acesso por conta da execução do objeto;
- x) Abster-se de caucionar ou utilizar o contrato para qualquer tipo de operação financeira;
- y) Na hipótese de violação das obrigações assumidas por conta deste instrumento, responsabilizar-se civil e criminalmente por seus atos e omissões, e pelas perdas e danos a que der causa, seja diretamente ou através de terceiros, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas de caso fortuito ou força maior, devendo, tão logo constate a incidência de tais exceções, também sob a pena de responsabilidade, comunicar de imediato ao Crea-PR.
- z) Responsabilizar-se inteiramente pela execução do objeto, a ponto de incidir sobre si a aplicação de qualquer penalidade prevista pelo descumprimento das obrigações assumidas, independentemente dos atos e/ou omissões de eventual preposto ou terceiro.
- aa) Registrar as ocorrências observadas durante a execução do objeto, bem como informar prontamente ao Crea-PR eventuais anormalidades;
- bb) Substituir qualquer empregado ou preposto, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, cuja atuação, permanência e/ou comportamento junto ao Crea-PR sejam julgados prejudiciais, inconvenientes e/ou insatisfatórios;
- cc) Assumir toda a responsabilidade e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados ou prepostos, quando em serviço nas instalações do Crea-PR, acidentados ou com mal súbito, inclusive em casos emergenciais;
- dd) Realizar reuniões periódicas com o Fiscal do Contrato, ou a qualquer momento, se convocado, para avaliação do andamento da execução do objeto. Na impossibilidade técnica de ser possível a realização por meio de tecnologia (internet), todas as despesas correrão exclusivamente por conta do Contratado;
- ee) Empregar profissionais preparados e habilitados para o desempenho das funções, e ainda mantê-los devidamente identificados quando exercendo atividades nas dependências do Crea-PR;
- ff) Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio do Crea-PR por dolo, negligência, imperícia ou imprudência de seus empregados, ficando obrigada a promover a devida restauração e/ou o ressarcimento a preços utilizados, dentro de 30





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

(trinta) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, ao Crea-PR se reserva ao direito de descontar o valor do ressarcimento, sem prejuízo na aplicação de eventuais penalidades;

**gg)** Adotar as demais providências pertinentes ao seu encargo e aqui não expressamente nomeadas, para assegurar a execução do objeto deste instrumento, com eficiência e atendimento a legislação.

7. Quanto à execução do objeto, são responsabilidades do CREA-PR:

- a) Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a sua execução por representante(s) especialmente designado(s), nos termos do art. 117, da Lei n.º 14.133/2021;
- b) Rejeitar, justificadamente, no todo ou em parte, a execução do objeto realizada em desacordo com o objeto, inclusive na hipótese de execução por terceiros sem autorização;
- c) Notificar a respeito da ocorrência de eventuais imperfeições observadas no curso de execução do objeto, fixando prazo para a sua correção, se for o caso;
- d) Prestar informações e esclarecimentos que vierem a ser formalmente solicitados;
- e) Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais previstas;
- f) Efetuar os pagamentos após a execução do objeto, na forma e nos prazos estabelecidos;
- g) Proporcionar os meios necessários ao cumprimento das obrigações dentro das normas e condições pactuadas.
- h) Permitir o acesso do Licitante Contratado às suas dependências para execução do objeto.

### III. DO VALOR ESTIMADO

O valor global máximo para a execução do objeto descrito neste Termo de Referência é de R\$ 510.591,60 (quinhentos e dez mil quinhentos e noventa e um reais e sessenta centavos), constituídos dos seguintes valores unitários e totais máximos:

Componentes da Solução		Quantidades e unidades	Valores (R\$)	
			Unitários	Totais
1	Software de segurança para proteção avançada de e-mails ( <i>antispam</i> )	600 licenças	186,18	111.708,00
2	Software de segurança para <i>endpoints</i> com detecção e resposta ( <i>antivírus</i> )	600 licenças	274,20	164.520,00
3	Software de correlação, telemetria, detecção e resposta do tipo XDR ( <i>extended detection and response</i> )	600 licenças	219,60	131.760,00
4	Serviços técnicos especializados	360 horas	222,51	80.103,60
5	Treinamento	1	22.500,00	22.500,00
<b>TOTAL GLOBAL</b>				<b>510.591,60</b>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

#### IV. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

O Crea-PR utiliza desde meados do ano 2000, de soluções de antivírus e *antispam*. Tais soluções foram implementadas visando à proteção dos servidores e microcomputadores do Conselho contra atitudes e acessos indesejados, bem como de maximizar as rotinas de segurança, preservação e integridade dos sistemas e dados armazenados, propiciando a implementação de um ambiente computacional mais seguro.

Tendo em vista que a vigência do suporte e atualização atuais se expira em 05/02/2024, e para a continuidade das soluções no nível de qualidade desejado é fundamental o fornecimento do objeto, anteriormente adquirido, de maneira a permitir a obtenção de novas versões, correção de falhas e suporte técnico, dentre outros serviços agregados. As novas versões dos softwares trazem novas funcionalidades e reduzem as vulnerabilidades inerentes às soluções tecnológicas, bem como proporcionam maior qualidade nos serviços do Conselho e também visam maior segurança dos sistemas.

A ausência do objeto tornaria os sistemas e informações digitais do Crea-PR mais vulneráveis a ameaças virtuais, visto que elas são distribuídas pela internet de forma contínua e com novas variantes que visam sobrepor as defesas de sistemas desprotegidos ou desatualizados. A ausência de proteção ativa e atualizada, além de reduzir a confiabilidade perante os usuários dos serviços prestados pelo Conselho, coloca em risco as atividades finalísticas prestadas, a ponto de paralisar os serviços e permitir perda irrecuperável de dados.

Por fim, objetivando manter e aumentar a qualidade de uso das ferramentas, bem como a qualidade da manutenção ao longo do tempo, juntamente com o fornecimento das soluções, será necessária a contratação de suporte técnico especializado e treinamento, os quais auxiliarão os técnicos da área de TI do Conselho no aprimoramento da segurança computacional e sua manutenção, mitigando as ameaças de malwares de todo o parque de equipamentos, bem como dos servidores.

A execução dos objetos está prevista no Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI do CREA-PR - 2022/2024, no item 8.9 – *Licenciamento de Software* e no item 8.11 - *Contratos de Suporte e upgrade com fabricantes*, da Políticas; e especificamente nas Diretrizes n.º 2 - *Buscar a melhoria contínua da infraestrutura de TI* e 4 - *Garantir a segurança da informação*; além de constar do Item 4.13 – *Softwares de Segurança*, tornando-se imprescindível a aquisição supracitada

#### V. DO PRAZO, DO LOCAL DE ENTREGA E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

1) Os itens do objeto deverão ser entregues nos seguintes prazos e condições:

Composição	Prazo de Entrega
Licenciamento e instalação	Até 60 (sessenta) dias da assinatura do contrato.
Serviços técnicos especializados	Imediatamente após o fornecimento do licenciamento e instalação.
Treinamento	Em até 30 (trinta) dias após o fornecimento do licenciamento e instalação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- 2) O objeto deverá ser entregue na Sede do Crea-PR, localizado na Rua Dr. Zamenhof, 35 - Curitiba - PR, Cep: 80030-320.

**VI. DO PRAZO, DAS CONDIÇÕES DA GARANTIA E DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

- 1) Todo o licenciamento deverá ser fornecido para 36 (trinta e seis) meses de uso e com atualizações de versões pelo fabricante.
- 2) Os serviços técnicos especializados e treinamento deverão ser executados conforme agendamento prévio a ser definido entre o Crea-PR e o licitante contratado.

**VII. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

O contrato terá vigência de 36 (trinta e seis) meses, podendo ser prorrogado até o limite de 10 (dez) anos, a critério do CREA-PR e na forma da legislação aplicável.

**VIII. DO REGIME E DA ADJUDICAÇÃO**

- 1) Regime: empreitada por preço unitário;
- 2) Adjudicação: por menor preço global.

**IX. DO PAGAMENTO**

- 1) O pagamento referente aos serviços técnicos especializados será realizado mensalmente de acordo com as horas efetivamente utilizadas no mês, se houverem. Já o pagamento das licenças (instalação) e do treinamento será efetuado individualmente em parcela única, em até 10 (dez) dias úteis após a execução e aceite dos objetos, ocasião em que deverá ser emitido o respectivo documento fiscal, que conterà expressamente as retenções de tributos, nos termos da legislação.
- 2) Há que ser observado que além da comprovação da regularidade junto à CEF, efetuada por intermédio do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, deverá ainda ser comprovada a manutenção da regularidade dos débitos trabalhistas e dos tributos federais, estaduais e municipais do Licitante Contratado, e ser apresentado o relatório de insumos executados.
- 3) Também por ocasião do pagamento, o Contratado deverá, ainda, comprovar a origem dos bens eventualmente importados, com a correspondente quitação dos tributos de importação a eles referentes, sob a pena de aplicação da multa prevista para inexecução total do objeto.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

**X. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

6.2.2.1.1.01.04.09.005 – Pessoa Jurídica - Serviços de Informática.

**XI. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

- 1) A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada, nos termos do disposto no art. 117 da Lei n.º 14.133/2021, por equipe nomeada pela Presidência do Crea-PR, ou por preposto expressamente indicado, que poderá ser substituído conforme conveniência e oportunidade da Administração.
- 2) A fiscalização, exercida no interesse exclusivo do Crea-PR, não exclui e nem reduz a responsabilidade do Licitante Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica em corresponsabilidade da Administração ou dos seus agentes e prepostos, salvo quanto a estes, se decorrente de ação ou omissão funcional apuradas na forma da legislação vigente.

**XII. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

O instrumento convocatório disporá da forma e dos critérios para a seleção.

**XIII. DAS SANÇÕES**

1. A inexecução parcial ou total do objeto ou a prática dos atos indicados nesta cláusula, constatada a ação ou a omissão do Contratado relativamente às obrigações contratuais, torna passível a aplicação das sanções previstas no artigo 156 da Lei n.º 14.133/2021, bem como facultará ao Crea-PR a exigir perdas e danos, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme a seguir descrito:
  - a) Advertência, que poderá ser aplicada no caso de inexecução parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, por culpa do Licitante Contratado, bem como no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento das atividades do Crea-PR, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;
  - b) Multa, que será aplicada nas hipóteses de falhas, atraso injustificado, inexecução parcial ou total, sendo observadas a tipificação e a base de cálculo indicados nas alíneas “c” e “d”, conforme o caso;
  - c) Impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 03 (três) anos, conforme os parâmetros a seguir transcritos, sem prejuízo das multas previstas e das demais penalidades legais;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

TABELA 1			
Grau da Infração	Base de cálculo		
	Multa (incidente sobre o valor global)	Mínimo	Máximo
1	2 %	Não aplicável	1 ano
2	5 %	1 ano	2 anos
3	10 %	2 anos	3 anos

- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, conforme os parâmetros a seguir transcritos, sem prejuízo das multas previstas e das demais penalidades legais.

TABELA 2			
Grau da Infração	Base de cálculo		
	Multa (incidente sobre o valor global)	Mínimo	Máximo
4	20 %	3 anos	6 anos

TABELA 3			
Item	Tipificação	Grau da Infração	Incidência
1	Dar causa à inexecução parcial	1	Por ocorrência
2	Dar causa à inexecução parcial que cause grave dano ao Crea-PR, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	2	Por ocorrência
3	Dar causa à inexecução total.	3	Por ocorrência
4	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado.	3	Por ocorrência
5	Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução.	4	Por ocorrência
6	Praticar ato fraudulento na execução.	4	Por ocorrência
7	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.	4	Por ocorrência
8	Praticar ato lesivo previsto no <u>art. 5º da Lei nº 12.846/2013</u> .	4	Por ocorrência

2. Será configurada a inexecução parcial do objeto, sem prejuízo à rescisão por inadimplência, quando houver paralisação da execução do objeto, de forma injustificada, por mais de 10 (dez) dias ininterruptos, ocasião que dará origem a aplicação das sanções anteriormente descritas, sendo a multa aplicada sobre a parcela em inadimplência, assim considerada a parte do objeto ainda pendente de execução.
3. Incidir-se-ão percentuais de multa por reincidência de infrações, nas seguintes hipóteses:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- a) 10% (dez por cento) do valor da multa a ser aplicada, se a reincidência ocorrer num prazo de até 60 (sessenta) dias;
  - b) 5% (cinco por cento) do valor da multa a ser aplicada, se a reincidência ocorrer num prazo de até 120 (cento e vinte) dias.
4. Será configurada a inexecução total do objeto nas seguintes hipóteses, sem prejuízos à rescisão por inadimplência e aplicação da sanção correspondente, quando:
  - a) Houver atraso injustificado para o início da execução ou entrega do objeto por mais de 30 (trinta) dias;
  - b) O objeto não for aceito pela fiscalização, por deixar de atender às especificações deste instrumento.
5. As sanções poderão ser aplicadas ao Licitante Contratado juntamente à de multa, e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, *quantum* e consequências.
6. O Crea-PR observará a boa-fé do Licitante Contratado e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízos ao Crea-PR ou a terceiros.
7. Na aplicação das sanções o Crea-PR considerará, motivadamente, as razões e documentos apresentados, a gravidade da falta, seus efeitos sobre as atividades administrativas e institucionais e o interesse público decorrente, bem como os antecedentes do Licitante Contratado, podendo deixar de aplicá-las, mesmo que parcialmente, se admitidas as suas justificativas.
8. Na hipótese de o Licitante Contratado não possuir valor a receber do Crea-PR e/ou não for possível suprir por meio da eventual garantia, ser-lhe-á concedido o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao departamento competente para que seja inscrito na dívida ativa do Crea-PR, podendo ainda proceder à cobrança judicial.
9. O Crea-PR, cumulativamente, poderá:
  - a) Reter o pagamento que se originaria na obrigação não cumprida;
  - b) Reter todo e qualquer pagamento que extrapole a diferença da eventual garantia prestada, até o efetivo adimplemento da multa, ou abater tal diferença diretamente do pagamento a ser efetuado ao Licitante Contratado, independentemente de notificação extrajudicial.
10. Na ocorrência de qualquer fato que possa implicar na imposição de uma eventual penalidade, o Licitante Contratado será notificado a apresentar defesa prévia, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da notificação, de forma a garantir o exercício dos princípios do contraditório e da ampla defesa.
11. O pagamento de eventual multa não exime o Licitante Contratado de corrigir os danos que a sua conduta, seja por ação ou omissão, de seus prepostos, ou ainda de terceiros, autorizados ou não, tenham provocado ao Crea-PR.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

12. As multas e demais penalidades eventualmente aplicadas serão registradas, se for o caso, no cadastro do Licitante Contratado junto ao Sicaf e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis).

#### XIV. DA ELABORAÇÃO

Este Termo de Referência foi elaborado pelos subscritores, integrantes requisitantes e técnico da Equipe de Planejamento, em conformidade com a legislação específica e de acordo com a necessidade do CREA-PR.

À consideração e aprovação da Presidência do Conselho.

*Assinado eletronicamente em 27/12/2023.*

Emerson Marcos Stadinicki  
Facilitador do DTI

*Assinado eletronicamente em 27/12/2023.*

Leandro Miranda de Araujo  
Gerente do DTI

#### ANEXO A TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO

1) OBJETO:

Regular o uso dos dados, regras de negócio, documentos, informações, sejam elas escritas ou verbais ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, entre outras, doravante denominadas simplesmente de informações, que o CONTRATADO tiver acesso em virtude da execução contratual; e ainda manter sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do Crea-PR de que o CONTRATADO tomar conhecimento em razão da execução do contrato, respeitando todos os critérios estabelecidos aplicáveis às informações.

2) INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS:

As estipulações e obrigações constantes do presente instrumento serão aplicadas a todas e quaisquer INFORMAÇÕES reveladas pelo Crea-PR. Nesse sentido:

- a) O CONTRATADO se obriga a manter o mais absoluto sigilo e confidencialidade com relação a todas e quaisquer informações que venham a ser fornecidas pelo Crea-PR, a partir da assinatura do contrato, devendo ser tratadas como informações confidenciais, salvo aquelas prévia e formalmente classificadas com tratamento diferenciado pelo Crea-PR.
- b) O CONTRATADO se obriga a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que nenhum de seus diretores, empregados e/ou prepostos faça uso das informações do Crea-PR.
- c) O Crea-PR, com base nos princípios instituídos na Segurança da Informação, zelará para que as informações que receber e tiver conhecimento sejam tratadas conforme a natureza de classificação informada pelo CONTRATADO.

3) LIMITAÇÕES DA CONFIDENCIALIDADE:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às informações que:

- a) Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação ou após a revelação, exceto se isso ocorrer em decorrência de ato ou omissão das partes.
- b) Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao contrato.
- c) Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

4) OBRIGAÇÕES ADICIONAIS:

O CONTRATADO se compromete a utilizar as informações reveladas exclusivamente para os propósitos da execução do contrato, e se compromete ainda, a não efetuar qualquer cópia das informações sem o consentimento prévio e expresso do Crea-PR. Neste sentido:

- a) O consentimento mencionado, entretanto, será dispensado para cópias, reproduções ou duplicações para uso interno das partes.
- b) O CONTRATADO se compromete a cientificar seus diretores, empregados e/ou prepostos da existência deste termo e da natureza confidencial das informações do Crea-PR.
- c) O CONTRATADO deve tomar todas as medidas necessárias à proteção das informações do Crea-PR, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo Crea-PR.
- d) Cada parte permanecerá como única proprietária de todas e quaisquer informações eventualmente reveladas à outra parte em função da execução do contrato.
- e) Este termo não implica a concessão, pela parte reveladora à parte receptora, de nenhuma licença ou qualquer outro direito, explícito ou implícito, em relação a qualquer direito de patente, direito de edição ou qualquer outro direito relativo à propriedade intelectual.
- f) Os produtos gerados na execução do contrato, bem como as informações repassadas ao CONTRATADO, são de única e exclusiva propriedade intelectual do Crea-PR.
- g) O CONTRATADO firmará acordos por escrito com seus empregados e consultores ligados direta ou indiretamente ao contrato, cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente instrumento.
- h) O CONTRATADO obriga-se a não tomar qualquer medida com vistas a obter, para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectual relativos aos produtos gerados e às informações que venham a ser reveladas durante a execução do contrato.

5) RETORNO DE INFORMAÇÕES:

Todas as informações reveladas pelas partes permanecem como propriedade exclusiva da parte reveladora, devendo a esta retornar imediatamente assim que por ela requerido, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes. Para tanto:

- a) O CONTRATADO deverá devolver, íntegros e integralmente, todos os documentos a ela fornecidos, inclusive as cópias porventura necessárias, na data estipulada pelo Crea-PR para entrega, ou quando não mais for necessária a manutenção das informações confidenciais,





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias.

- b) O CONTRATADO deverá destruir quaisquer documentos por ela produzidos que contenham informações confidenciais do Crea-PR, quando não mais for necessária a manutenção dessas informações confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias, sob pena de incorrer em penalidades.

6) EXECUÇÃO:

Este termo possui natureza irrevogável e irretroatável, permanecendo em vigor desde a data da assinatura contrato, até 5 (cinco) anos após o término da vigência.

7) PENALIDADES:

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do contrato firmado entre as partes. Neste caso, o CONTRATADO, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo Crea-PR, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

8) DISPOSIÇÕES GERAIS:

Este TERMO constitui vínculo indissociável ao contrato que o originou, que é parte independente e regulatória deste instrumento, bem como:

- a) O presente termo constitui acordo entre as partes, relativamente ao tratamento de informações, principalmente as confidenciais, aplicando-se a todos e quaisquer acordos futuros, declarações, entendimentos e negociações escritas ou verbais, empreendidas pelas partes em ações feitas direta ou indiretamente.
- b) Surgindo divergências quanto à interpretação do pactuado neste termo ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se nele a existência de lacunas, solucionarão as partes tais divergências, de acordo com os princípios da legalidade, da equidade, da razoabilidade, da economicidade, da boa-fé, e, as preencherão com estipulações que deverão corresponder e resguardar as informações do Crea-PR.
- c) O disposto neste termo prevalecerá sempre em caso de dúvida, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos legais conexos relativos à confidencialidade de informações.
- d) A omissão ou tolerância das partes em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

**Despacho do Ordenador de Despesas:**

Com fundamento na Lei n.º 14.133/2021 aprovo o Termo de Referência.

*Assinado eletronicamente em 27/12/2023.*

Ricardo Rocha de Oliveira  
Presidente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

**ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

**1 - IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE**

Razão social:

CNPJ: *e-mail:* Telefone: ( ) *homepage:*

Endereço: CEP: Cidade: Estado:

Pessoa de contato: Cargo: Telefone: ( ) Celular: ( ) *e-mail:*

Dados bancários para pagamento: Banco: Agência: Operação: Conta:

Representante legal que assinará o Contrato: *e-mail:*

**2 – PREÇOS**

Prestação de serviços de licenciamento e instalação de programas de computador do tipo segurança para proteção avançada de e-mails (*antispam*), segurança para *endpoints* com detecção e resposta (antivírus) e de correlação, telemetria, detecção e resposta do tipo *XDR (extended detection and response)*, bem como de serviços de suporte técnico especializado e de treinamento:

Componentes da Solução		Quantidades e unidades	Valores (R\$)	
			Unitários	Totais
1	Software de segurança para proteção avançada de e-mails ( <i>antispam</i> ). Fabricante: _____ Marca, modelo, referência ou <i>part number</i> : _____	600 licenças		
2	Software de segurança para <i>endpoints</i> com detecção e resposta (antivírus). Fabricante: _____ Marca, modelo, referência ou <i>part number</i> : _____	600 licenças		
3	Software de correlação, telemetria, detecção e resposta do tipo <i>XDR (extended detection and response)</i> . Fabricante: _____ Marca, modelo, referência ou <i>part number</i> : _____	600 licenças		
4	Serviços técnicos especializados	360 horas		
5	Treinamento	1		
<b>TOTAL GLOBAL</b>				



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

Prazo de execução do objeto: conforme o Termo de Referência.

Prazo de validade da proposta: 90 (noventa) dias.

Segue anexa a comprovação de que a solução proposta atende aos requisitos especificados nos itens 01, 02 e 03 do Capítulo II do Termo de Referência, nos termos do subitem 6.7, alínea “1”, do Edital.

Declaramos que estamos cientes e concordamos com as condições do edital e seus anexos, bem como que esta proposta compreende a integralidade dos custos para a execução do objeto, inclusive quanto ao atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes até esta data.

(local e data)

(representante legal)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

**ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

N.º \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ, Autarquia Federal instituída nos termos da Lei n.º 5.194/66, dotado de personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.639.384/0001-59, UASG n.º 389088, com Sede na Rua Dr. Zamenhof, n.º 35, Alto da Glória, Curitiba - PR, neste ato representado por seu Presidente, o engenheiro \_\_\_\_\_, doravante denominado simplesmente CREA-PR, e de outro lado, \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, com endereço \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, a seguir denominado CONTRATADO, tendo em vista a Ordenação de Despesas n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_ que autorizou a sua lavratura, e ainda o que consta no Processo n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_-\_\_\_\_, em observância às disposições da Lei n.º 14.133/2021 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do Edital de Licitação n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_ - Pregão n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_, mediante as cláusulas e condições a seguir pactuadas.

**CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Constitui objeto deste instrumento a prestação de serviços de licenciamento e instalação de programas de computador do tipo segurança para proteção avançada de e-mails (*antispam*), segurança para *endpoints* com detecção e resposta (antivírus) e de correlação, telemetria, detecção e resposta do tipo *XDR (extended detection and response)*, bem como de serviços de suporte técnico especializado e de treinamento.

§1º. O fornecimento de licenças e a instalação de software de segurança para proteção avançada de e-mails (*antispam*), do fabricante \_\_\_\_\_, marca, modelo, referência ou *part number* \_\_\_\_\_, deve atender as seguintes características mínimas:

- a) Vigência: 36 (trinta e seis) meses;
- b) Quantidade: 600 (seiscentas) licenças;
- c) A solução poderá ser entregue nas modalidades *on-premise* (local) ou em formato SaaS (*Software as a Service*). Caso a disponibilização seja em formato SaaS, deve atender, no mínimo, os seguintes níveis de serviço:
  - i) Disponibilidade do serviço de 98%;
  - ii) Efetividade no bloqueio de SPAM de 99%;
  - iii) Latência máxima na entrega de mensagens menor que 1 (um) minuto;
- d) Possuir *Single Sign-On* para acessar o console de administração;
- e) Permitir a criação de regras para entrada (*inbound*) e saída (*outbound*) de e-mails;
- f) Possuir console de gerenciamento web centralizada, incluindo:
  - i) Configurações de administração
  - ii) Objetos de política;
  - iii) Objetos suspeitos;
  - iv) Gerenciamento de usuário final;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- v) Gerenciamento de diretório;
  - vi) Informações sobre licenciamento;
  - vii) Logs;
  - viii) Relatórios;
  - ix) Visualização de mensagens *quarentenadas*;
  - x) Gerenciamento de domínio;
  - xi) *Dashboard* baseado em gráficos.
- g) Possuir *dashboards* possibilitando no mínimo a visualização de ameaças, ransomwares, detalhes de autenticação baseada em domínio, sandbox, BEC, SPAM, principais violações, eventos de DLP, consumo de banda, proteção *Time-of-Click*;
- h) Possuir configurações de dashboard sendo possível selecionar:
- i) Direção do tráfego: entrada e saída de e-mails (*inbound/outbound*);
  - ii) Período: data, semana e mês.
- i) Suportar sistema ARC (*Authenticated Received Chain*), preservando os resultados da autenticação de e-mail; Ser capaz de remover conteúdos ativos encontrados em documentos anexos como Microsoft
- j) Word, Excel e PowerPoint; Se caso o conteúdo ativo não puder ser removido, deve possuir a opção de excluir o anexo que contém o conteúdo ativo;
- k) Possuir a funcionalidade de validação de DNS reverso do remetente, tendo a capacidade de criar listas de domínios PTR (*Pointer Record*) que serão bloqueados;
- l) Ser capaz de permitir a filtragem baseada em reputação IP para no mínimo:
- i) Remetentes permitidos com base no endereço IP e país;
  - ii) Remetentes bloqueados com base no endereço IP, país e região;
- m) Ser capaz de permitir a filtragem de remetente e destinatários para no mínimo:
- i) Remetentes aprovados por endereço de e-mail ou domínio;
  - ii) Remetentes bloqueados por endereço de e-mail ou domínio.
- n) Possibilitar incluir *X-Header* no cabeçalho da mensagem para mensagens de e-mail correspondentes a remetentes aprovados;
- o) A lista de remetentes aprovados e remetentes bloqueados deverá exibir no mínimo as seguintes informações:
- i) Remetente;
  - ii) Domínio do destinatário;
  - iii) Data.
- p) Possuir Correspondência de IP do remetente, possibilitando especificar um IP ou um intervalo de endereços IP em um domínio do remetente identificado pelo endereço do cabeçalho da mensagem para permitir mensagens de email apenas desses endereços;
- q) Detectar *malwares*, *worms*, e outras ameaças baseadas em assinatura e padrões;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- r) Ser capaz de detectar spam baseado em assinatura e padrões;
- s) Identificar e-mails marketing como redes sociais, fóruns e boletins de informações;
- t) Permitir criar exceções para e-mails marketing;
- u) A configuração de spam deve possuir no mínimo três níveis: baixo, médio e alto;
- v) Detectar ataques de comprometimento de e-mail, *phishing* e conteúdos suspeitos;
- w) Detectar mensagens de *graymail*;
- x) Realizar varreduras em arquivos JSE e VBE para identificar ameaças de macro;
- y) Detectar ameaças desconhecidas utilizando *machine learning*;
- z) Permitir visualizar relatório detalhado para cada detecção *machine learning*;
- aa) Possuir *engine* própria para detecção de explorações de documentos, ameaças de dia zero, vulnerabilidades conhecidas e outras ameaças usadas em ataques direcionados;
- bb) Possuir proteção *anti-ransomware*;
- cc) Possuir análise de URL's no corpo do e-mail;
- dd) Possuir o recurso para analisar as URLs no momento do clique do usuário e as bloquear se forem maliciosas;
- ee) Possuir ações de bloqueio, liberação e alerta para as seguintes categorias ou equivalentes: perigoso, altamente suspeito, não testado e suspeito;
- ff) Possuir proteção contra comprometimento de e-mail;
- gg) Fornecer informações detalhadas bem como razões para mensagens de email detectadas como possíveis ataques analisados ou prováveis do *Business Email Compromise* (BEC);
- hh) Possuir proteção contra-ataques de engenharia social;
- ii) Fornecer informações detalhadas bem como razões para mensagens de e-mail detectadas como possíveis ataques de engenharia social;
- jj) Ser capaz de utilizar no mínimo os seguintes bancos de dados de reputação que tenham uma lista de endereços IP:
  - i) De servidores de correio que são conhecidos por serem fontes de spam;
  - ii) Identificados como envolvidos em *ransomware* ativos, *malware* ou outras campanhas de ameaças por email;
  - iii) Atribuídos dinamicamente.
- kk) Possibilitar configurar diferentes tipos de exceções de varredura em um e-mail através de definições de condições e possibilitando executar as ações ou equivalentes de *bypass*, deleção do e-mail incluindo anexos e *quarentenar* quando:
  - i) O número de arquivos em um arquivo compactado excede valor a ser configurado;
  - ii) A taxa de descompactação de um arquivo compactado excede valor a ser configurado;
  - iii) O número de camadas de descompactação em um arquivo compactado excede valor a ser configurado;
  - iv) O tamanho de um único arquivo descompactado excede valor a ser configurado;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- v) Um arquivo do Office contém mais de valor a ser configurado.
- ll) As ações de verificação configuradas para cada exceção deverão ser aplicadas a todos os remetentes e destinatários;
- mm) Possibilitar a inclusão de *Tag*;
- nn) Possuir as seguintes condições para filtragem de conteúdo:
  - i) Tamanho da mensagem;
  - ii) Assunto;
  - iii) Corpo do email;
  - iv) Cabeçalho;
  - v) Conteúdo do anexo;
  - vi) Nome e/ou extensão de arquivo;
  - vii) *MIME content-type*;
  - viii) Tamanho do anexo;
  - ix) Anexo protegido por senha;
  - x) Quantidade de anexos;
  - xi) Número de destinatários.
- oo) Possuir ações através das regras permitindo definir o que acontecerá com as mensagens que atendam às condições dos critérios da regra;
- pp) Criptografar mensagem de email;
- qq) Monitorar, permitindo aos administradores o monitoramento das mensagens. As ações de monitoramento incluem o envio de uma mensagem de notificação para outras pessoas ou o envio de uma cópia oculta (Cco) da mensagem para outras pessoas;
- rr) Bloquear, deverá interceptar a mensagem, impedindo que ela atinja o destinatário original. As ações de bloqueio incluem excluir a mensagem inteira, colocar em quarentena e enviar para um destinatário diferente;
- ss) Modificar, permitindo alterar a mensagem e/ou seus anexos. As ações de modificação incluem limpeza de vírus que possam ser limpos, exclusão de anexos de mensagens, inserção de um carimbo no corpo da mensagem ou TAG de assunto.
- tt) Possibilitar a seleção das correspondências ou correspondências equivalentes para acionar a regra a partir do atendimento total ou parcial dos critérios configurados;
- uu) Ser possível criar políticas de *malwares*, spam e filtragem de conteúdo com:
  - i) Definição do destinatário, possibilitando selecionar domínios cadastrados, domínios específicos e grupos de usuários;
  - ii) Especificação de endereços de remetente;
  - iii) Exceções.
- vv) Possibilitar importar e exportar os destinatários, remetentes e listas de exceções;





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- ww) Ser possível criar políticas que executem ações em mensagens que contêm *malware*, *worms* ou outros códigos maliciosos;
- xx) Ser possível realizar a limpeza de *malwares* ou códigos maliciosos, onde o *malware* pode ser removido com segurança do conteúdo do arquivo infectado, resultando em uma cópia não infectada da mensagem ou anexo original;
- yy) Possuir integração com o *Active Directory*;
- zz) Permitir o gerenciamento de múltiplos domínios;
- aaa) O uso das REST API's deve permitir executar operações para no mínimo: criação, leitura, atualização e exclusão;
- bbb) Criptografia de e-mail:
  - i) Deverá ser capaz de criptografar e-mails baseado em políticas;
  - ii) Deverá assegurar a comunicação através da utilização do protocolo TLS;
  - iii) Deverá permitir a configuração da checagem do TLS;
  - iv) Deverá suportar: TLS 1.3, TLS 1.2, TLS 1.1, TLS 1.0.
- ccc) Rastreamento de e-mail e auditoria:
  - i) Permitir o rastreamento de mensagens de forma centralizada e por meio da interface de gerenciamento, não sendo aceito pesquisa via linha de comando;
  - ii) Possuir o rastreamento de mensagens enviadas e recebidas;
  - iii) Possibilitar pesquisas de log de rastreamento de email por até 90 dias;
  - iv) Fornecer buscas para rastreamento de email por: período, direção do tráfego, remetente, destinatário, tipo (bloqueado/liberado), ação, assunto, ID da mensagem e Hash do anexo;
  - v) Possibilitar exportar a busca no formato .CSV;
  - vi) Permitir a consulta de eventos com os logs das políticas aplicadas por até 30 dias;
  - vii) Fornecer consulta de eventos com os logs das políticas por: período, direção do tráfego, remetente, destinatário, nome da regra, tipo de ameaça, anexo, BEC, conteúdo, DLP, Graymail, ransomware, phishing, spam, malware, web reputation, ID da mensagem e ação;
  - viii) Permitir rastrear os cliques de URL, por no mínimo, 30 dias;
  - ix) Permitir rastrear os cliques de URL por: data, direção do tráfego, remetente, destinatário, ID da mensagem, URL, ação e a hora em que um URL foi clicada;
  - x) Ser possível consultar os logs de auditoria da console da solução por no mínimo 30 dias;
  - xi) Ser possível encaminhar os *logs* para *syslog*.
- ddd) Relatórios:
  - i) Fornecer relatórios com base em uma programação diária, semanal, mensal;
  - ii) Os relatórios deverão ser, pelo menos, no formato PDF;
  - iii) Ser possível criar relatórios agendados e manuais;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- iv) Ser possível obter relatório sobre o resumo do tráfego de email de todos os domínios e por domínio, detecções de ameaças, detecções de arquivos da *sandbox*, detecções de URL da *sandbox* e os principais destinatários comprometidos por e-mail (BEC).
- eee) Notificações:
- i) Suportar notificação via e-mail;
  - ii) Possuir modelos de notificação pré-definidos para violação de políticas;
  - iii) Notificar quando o e-mail possuir um anexo compactado;
  - iv) Notificar quando o e-mail tiver o tamanho da mensagem excedido;
  - v) Notificar quando uma regra for desencadeada;
  - vi) Notificar quando houver uma configuração de violação de segurança;
  - vii) Notificar quando um vírus e *spam* for identificado.
- fff) Prevenção contra vazamento de dados:
- i) Permitir gerenciar as mensagens de email com dados confidenciais e proteger contra perda de dados, monitorando as mensagens de email de saída;
  - ii) Possibilitar criar regras por expressões regulares, palavras chaves e atributos do arquivo;
  - iii) Possuir *templates* pré-definidos e customizados;
  - iv) Possuir uma base com modelos para criação de regras;
  - v) Permitir a customização de modelos de aderência a LGPD.
- ggg) Da *quarentena*:
- i) Permitir visualizar as mensagens *quarentenadas* por data, direção do tráfego, remetente, destinatários e conteúdo;
  - ii) Permitir o gerenciamento da quarentena para múltiplos domínios;
  - iii) Permitir a customização da notificação de quarentena pelo menos semanalmente, diariamente ou mais vezes durante o dia;
  - iv) A notificação de quarentena deverá permitir a customização em língua inglesa e portuguesa;
  - v) Possibilitar a gestão de quarentena de forma que seja possível que o administrador possa visualizar: a razão de um determinado bloqueio, o remetente, o destinatário, a data, o assunto, o IP do host de destino, a mensagem original, o tamanho da mensagem original;
  - vi) Com base nos requisitos acima, deve ainda permitir as ações liberar e/ou excluir a mensagem;
  - vii) Permitir realizar o download da mensagem *quarentenada*;
  - viii) Caso uma mensagem seja bloqueada ou rejeitada, a solução deverá informar também a razão do bloqueio e quais as regras foram ativadas;
  - ix) Possuir *single sign-on* (SSO) para a quarentena de usuário;
  - x) Possibilitar utilizar duplo fator de autenticação;
  - xi) Possibilitar que usuário tome as seguintes ações ou similar em sua própria quarentena:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- I. Excluir e bloquear o remetente: possibilitando excluir permanentemente a mensagem e adicionar o endereço aos remetentes bloqueados;
  - II. Excluir, possibilitando excluir permanentemente a mensagem;
  - III. Entregar e aprovar o remetente, permitindo liberar a mensagem da quarentena e adicionar o endereço aos remetentes aprovados, para que mensagens futuras de remetentes aprovados não sejam mantidas em quarentena;
  - IV. Entregar, permitindo assim liberar a mensagem da quarentena.
- xii) Possibilitar ao usuário criar listas de remetentes aprovados e remetentes bloqueados.
- hhh) Instalação e ativação da solução:
- i) Deve ser realizada a instalação completa da solução dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a partir da assinatura deste contrato. Este processo incluirá a implementação de todos os componentes, assegurando uma integração perfeita no ambiente da CREA-PR;
  - ii) Levantamento de requisitos: o CONTRATADO conduzirá reuniões e verificações, presenciais ou remotas, para realizar um levantamento abrangente dos requisitos do ambiente computacional do CREA-PR. O objetivo é documentar e analisar as informações relacionadas aos componentes de infraestrutura, estabelecendo os parâmetros necessários para a configuração e integração bem-sucedidas da solução;
  - iii) Documentação da fase de instalação: ao finalizar a fase de instalação e preparar-se para a configuração, o CONTRATADO apresentará os seguintes documentos ao CREA-PR:
    - I. Plano de Configuração: com diagrama de interconexão da solução; projeto lógico de configuração; configuração detalhada da solução.
    - II. Plano de Execução: com cronograma de atividades; responsáveis técnicos pelas atividades.
  - iv) Os documentos fornecerão uma visão clara e abrangente do planejamento para a configuração da solução, garantindo transparência e alinhamento entre ambas as partes;
  - v) Implementação da configuração: com base no Plano de Configuração apresentado, o CONTRATADO dará início à fase de configuração da solução. Esta etapa compreenderá a aplicação das configurações específicas necessárias para otimizar o desempenho da solução no ambiente do CREA-PR. Todo o processo será conduzido considerando as melhores práticas do setor e as necessidades específicas identificadas durante o levantamento de requisitos;
  - vi) Testes e validação: após a configuração inicial, o CONTRATADO realizará testes abrangentes para validar a funcionalidade e a integridade da solução. Isso incluirá testes de conectividade, integração com sistemas existentes, e verificações de desempenho. Qualquer ajuste necessário será feito para garantir que a solução opere de maneira eficiente e atenda aos padrões de qualidade.

§2º. O fornecimento de licenças e a instalação de *software* de segurança para *endpoints* com detecção e resposta (antivírus), do fabricante \_\_\_\_\_, marca, modelo, referência ou *part number* \_\_\_\_\_, deve atender as seguintes características mínimas:

- a) Vigência de 36 (trinta e seis) meses;
- b) Quantidade: 600 (seiscentas) licenças;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- c) A solução deverá ser entregue na modalidade *on-premisse* (local);
- d) A solução deve ser toda de um único fabricante;
- e) Possuir console *Web* para gerenciamento e administração da ferramenta;
- f) A proteção para estações de trabalho deverá prover *Anti-Malware, Firewall, Host IPS, Controle de Aplicações, Controle de dispositivos e EDR (endpoint detection and response)* em um único agente;
- g) O fabricante da solução deve dispor de laboratório próprio para desenvolvimento de vacinas e *engines*;
- h) Todas as funcionalidades descritas devem estar licenciadas, ativadas e com atualizações disponíveis pelo fabricante, assim como permanecer durante toda a vigência deste contrato sem custo adicional;
- i) Módulo de proteção *anti-malware*:
  - i) Ser capaz de realizar a proteção contra códigos maliciosos nos seguintes sistemas operacionais:
    - I. *Windows Server* 2012 e superior;
    - II. *Windows* 10 (x86/x64) e superior.
  - ii) Disponibilizar evidências de varredura em todas as estações de trabalho, identificando as atualizações de sucesso e as ações de insucesso. Para garantir que os casos de insucesso sejam monitorados para tomada de ações pontuais;
  - iii) Detectar, analisar e eliminar programas maliciosos, tais como vírus, *spyware, worms, cavalos de tróia, keyloggers*, programas de propaganda, *rootkits, phishing*, dentre outros;
  - iv) Detectar, analisar e eliminar, automaticamente e em tempo real, programas maliciosos em processos em execução em memória principal (RAM);
  - v) Detectar e proteger em tempo real a estação de trabalho contra vulnerabilidades e ações maliciosas executadas em navegadores web por meio de scripts em linguagens tais como *Javascript e VBScript*;
  - vi) Possuir detecção heurística de vírus desconhecidos;
  - vii) Permitir configurar o consumo de CPU que será utilizada para uma varredura manual ou agendada;
  - viii) Permitir diferentes configurações de detecção (varredura ou rastreamento):
    - I. Em tempo real de arquivos acessados pelo usuário;
    - II. Em tempo real dos processos em memória, para a captura de programas maliciosos executados em memória, sem a necessidade de escrita de arquivo;
    - III. Manual, imediato ou programável, com interface gráfica em janelas, personalizável, com opção de limpeza;
    - IV. Automáticos do sistema com as seguintes opções:
      - A. Escopo: todos os discos locais, discos específicos, pastas específicas ou arquivos específicos;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- B. Ação: somente alertas, limpar automaticamente, apagar automaticamente, renomear automaticamente, ou mover automaticamente para área de segurança (quarentena);
  - C. Frequência: diária, semanal e mensal;
  - D. Exclusões: pastas ou arquivos (por nome e/ou extensão) que não devem ser rastreados.
- ix) Ser capaz de aferir a reputação das URL's acessadas pelas estações de trabalho, sem a necessidade de utilização de qualquer tipo de programa adicional ou *plug-in* ao navegador *web*, de forma a proteger o usuário independentemente da maneira de como a URL está sendo acessada;
  - x) Ser capaz de detectar variantes de *malwares* que possam ser geradas em tempo real na memória da estação de trabalho, permitindo que seja tomada ação de quarentena da ameaça;
  - xi) Possuir capacidade de escaneamento de arquivos compactados e, em caso de identificação de um arquivo malicioso, apenas este deve ser removido, mantendo os demais intactos;
  - xii) Ser capaz de bloquear o acesso a qualquer site não previamente analisado pelo fabricante;
  - xiii) Permitir a restauração de maneira granular de arquivos *quarentenados* sob suspeita de representarem risco de segurança;
  - xiv) Ter funcionalidade de *machine learning* para detectar e tomar ações sobre ameaças desconhecidas e suspeitas;
  - xv) Possuir funcionalidade de *machine learning* em *runtime* para evitar possíveis métodos de *obfuscação* que o módulo de *machine learning* em pré-execução não consiga detectar;
  - xvi) Fornecer um informativo compreensivo de cada simulação que descreva as ações e respectivos metadados, bem como, o porquê do veredito emitido pela *machine learning*;
  - xvii) Deve bloquear processos comuns associados a *ransomware*;
  - xviii) Em casos de ataques de *ransomware*, a solução deve ter a capacidade de interromper o processo de criptografia e restaurar os arquivos originais aos seus respectivos diretórios
  - xix) Possuir funcionalidade de detecção de malwares conhecidos e desconhecidos por comportamento;
  - xx) Possuir a integração com solução de análise de artefatos suspeitos (*sandbox*) do próprio fabricante.
- j) Funcionalidade de atualização:
- i) Permitir atualização incremental da lista de definições de vírus;
  - ii) Permitir o *rollback* das atualizações das listas de definições de vírus e *engines*;
  - iii) Permitir a indicação de agentes para efetuar a função de replicador de atualizações e configurações, de forma que outros agentes possam utiliza-los como fonte de atualizações e configurações, não sendo necessária a comunicação direta com o servidor de *anti-malware* para essas tarefas;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- iv) Permitir que os agentes de atualização possam replicar os componentes de vacinas, motores de escaneamento, versão de programas, *hotfix* e configurações específicas de domínios da árvore de gerenciamento;
  - v) O agente replicador de atualizações e configurações deve ser capaz de gerar localmente versões incrementais das vacinas a serem replicadas com os demais agentes locais, de maneira a reduzir o consumo de banda necessário para execução da tarefa de atualização.
- k) Funcionalidade de administração:
- i) Permitir proteção das configurações da solução instalada na estação de trabalho através de senha ou controle de acesso, em ambos os casos, controlada por política gerenciada pela console de administração da solução completa;
  - ii) Possibilitar instalação "silenciosa";
  - iii) Permitir o bloqueio por nome de arquivo;
  - iv) Permitir o travamento de pastas e diretórios;
  - v) Permitir o travamento de compartilhamentos;
  - vi) Permitir o rastreamento e bloqueio de infecções;
  - vii) Possuir mecanismo de detecção de ameaças baseado em comportamento de processos que estão sendo executados nas estações de trabalho;
  - viii) Ter a possibilidade de exportar/importar configurações da solução através da console de gerenciamento;
  - ix) Permitir a deleção dos arquivos *quarentenados*;
  - x) Permitir remoção automática de clientes inativos por determinado período de tempo;
  - xi) Permitir integração com serviço de autenticação como *active directory* para acesso a console de administração;
  - xii) Identificar através da integração com o *active directory*, quais máquinas estão sem a solução de *anti-malware* instalada;
  - xiii) Permitir criação de diversos perfis e usuários para acesso a console de administração;
  - xiv) Permitir que a solução utilize consulta externa à base de reputação de sites integrada e gerenciada através da solução de *anti-malware*, com opção de configuração para estações dentro e fora da rede, cancelando a conexão de forma automática baseado na resposta à consulta da base do fabricante;
  - xv) Permitir agrupamento automático de estações de trabalho e notebooks da console de gerenciamento baseado-se no escopo do *active directory*, tipo ou IP;
  - xvi) Permitir criação de subdomínios consecutivos dentro da árvore de gerenciamento;
  - xvii) Possuir solução de reputação de sites local para sites já conhecidos como maliciosos integrada e gerenciada através da solução de antivírus, com opção de configuração para estações dentro e fora da rede, cancelando a conexão de forma automática baseado na resposta à consulta da base do fabricante;
  - xviii) Suportar múltiplas florestas e domínios confiáveis do *active directory*;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- xix) Utilizar de chave de criptografia que seja/esteja em conformidade com o *active directory* para realizar uma conexão segura entre servidor de antivírus e o controlador de domínio;
  - xx) Permitir a criação de usuários locais de administração da console de *anti-malware*;
  - xxi) Possuir a integração com o *active directory* para utilização de seus usuários para administração da console de *anti-malware*;
  - xxii) Permitir criação de diversos perfis de usuários que permitam acessos diferenciados e customizados a diferentes partes da console de gerenciamento;
  - xxiii) Utilizar de mecanismo de autenticação da comunicação entre o servidor de administração e os agentes de proteção distribuídos nas estações de trabalho e notebooks;
  - xxiv) Permitir a gerência de domínios separados para usuários previamente definidos;
  - xxv) Ser capaz de enviar notificações específicas aos respectivos administradores de cada domínio definido no console de administração;
  - xxvi) Permitir configuração do serviço de reputação de sites da *web* em níveis: baixo, médio e alto.
- l) Funcionalidade de controle de dispositivos:
- i) As configurações da funcionalidade de controle de dispositivos devem ser aplicadas por usuário;
  - ii) Permitir políticas e ações diferentes para dispositivos conectados à rede interna e aqueles utilizados na rede externa (conectado à Internet, por exemplo);
  - iii) Possuir controle de acesso a discos removíveis reconhecidos como dispositivos de armazenamento em massa através de interfaces USB e outras, com as seguintes opções: acesso total, leitura e escrita, leitura e execução, apenas leitura, e bloqueio total;
  - iv) Possuir o controle de acesso a drives de mídias de armazenamento como CD-ROM, DVD, com as opções de acesso total, leitura e escrita, leitura e execução, apenas leitura e bloqueio total;
  - v) Ser capaz de identificar smartphones e tablets como destinos de cópias de arquivos e tomar ações de controle da transmissão;
  - vi) Possuir o controle a drives mapeados com as seguintes opções: acesso total, leitura e escrita, leitura e execução, apenas leitura e bloqueio total;
  - vii) Permitir escaneamento dos dispositivos removíveis e periféricos (USB, disquete, cdrom) mesmo com a política de bloqueio total ativa;
  - viii) Para ação de restrição como o bloqueio, a solução deve permitir adicionais dispositivos USB autorizados, bem como apontar executáveis específicos como exceção ao bloqueio;
  - ix) Ter a capacidade de bloquear a função de *autorun* nos dispositivos;
  - x) Permitir controle de permissão ou bloqueio para dispositivos que não armazenam dados tendo, pelo menos, os seguintes tipos de dispositivos: adaptadores *bluetooth*, dispositivos de imagem, modems, *interfaces wireless* externas, cartões PCMCIA, dispositivos infravermelhos e portas COM/LPT.
- m) Módulo para controle de aplicações:
- i) As regras de controle de aplicação devem permitir as seguintes ações:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- I. Permissão de execução;
  - II. Bloqueio de execução;
  - III. Bloqueio de novas instalações.
- ii) A regra de liberação para o controle de aplicação deverá permitir que o programa liberado efetue ou não a execução de outros processos;
  - iii) As regras de controle de aplicação devem permitir o modo de apenas coleta de eventos (*logs*), sem a efetivação da ação regra;
  - iv) As regras de controle de aplicação devem permitir os seguintes métodos para identificação das aplicações:
    - I. Assinatura, do padrão SHA, do executável;
    - II. Atributos do certificado utilizado para assinatura digital do executável;
    - III. Caminho lógico do executável;
    - IV. Base de assinaturas de certificados digitais válidos e seguros.
  - v) As regras de controle de aplicação devem possuir categorias pré-determinadas de aplicações;
  - vi) As políticas de segurança devem permitir a utilização de múltiplas regras de controle de aplicações;
  - vii) O módulo de controle de aplicativos deve possuir uma lista de aplicações mal-intencionados para bloqueio e monitoramento tendo, pelo menos, as categorias de *keyloggers*, *anonimizadores* de *proxy*, *P2P*, *crackers* de senhas;
  - viii) Deve permitir a busca por aplicações ou fabricante destas;
  - ix) Deve possuir ferramenta para extrair o *hash* de um ou um grupo de executáveis, permitindo a importação destes *hashes* através de arquivo CSV.
- n) Proteção contra *URLs* maliciosas:
- i) Deve permitir a proteção contra acesso a *websites* ou *URLs* consideradas maliciosas ou de baixa reputação;
  - ii) A lista de *URLs* deve ser fornecida e atualizada automaticamente pelo fabricante, permitindo a consulta em uma base local ou na nuvem da reputação das *URLs* acessadas;
  - iii) A solução deve permitir alterar o nível de sensibilidade para detecção de *URLs* maliciosas tendo, pelo menos, os níveis considerados baixo, médio e alto;
  - iv) Deve permitir a criação de listas de exclusão, permitindo que usuários acessem determinadas *URLs* especificadas pelo administrador do sistema;
  - v) Deve permitir configurar notificações personalizadas para detecções desse módulo, deixando a cargo do administrador exibir ou não tais notificações;
  - vi) Deve ter capacidade de identificar acessos a *URLs* maliciosas além das portas padrão 80 e 443;
  - vii) A solução deve permitir que o administrador reclassifique uma *URL* através do site do fabricante para evitar falsos positivos;





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- viii) Deve possibilitar proteção através da instalação de agente de segurança do fabricante da solução de segurança.
- o) Prevenção contra perda de dados (DLP):
  - i) Ser capaz de detectar informações, em documentos nos formatos:
    - I. *Microsoft Office* (doc, docx, xls, xlsx, ppt, pptx);
    - II. *OpenOffice*;
    - III. *rtf, wordpad, text, xml, html*;
    - IV. Gráficos: *visio, postscript, pdf, tiff*.
  - ii) Ser capaz de detectar informações, com base em:
    - I. Dados estruturados, dados pessoais, endereços de e-mail, CPF, entre outros;
    - II. Palavras ou frases configuráveis;
    - III. Expressões regulares;
    - IV. Extensão dos arquivos.
  - iii) Ser capaz de detectar informações em arquivos compactados;
  - iv) Permitir a criação de modelos personalizados para identificação de informações;
  - v) Permitir a criação de políticas personalizadas;
  - vi) Permitir a criação de políticas baseadas em múltiplos modelos;
  - vii) Permitir mais de uma ação para cada política, como:
    - I. Apenas registrar o evento da violação;
    - II. Bloquear a transmissão;
    - III. Gerar alertar para o usuário;
    - IV. Gerar alertar na central de gerenciamento;
    - V. Capturar informação para uma possível investigação da violação.
  - viii) Permitir criar regras distintas com base se a estação está fora ou dentro do ambiente físico;
  - ix) Ser capaz de identificar e bloquear informações nos meios de transmissão:
    - I. Cliente de e-mail;
    - II. Protocolos *HTTP, HTTPS, FTP*;
    - III. Mídias removíveis.
- p) Instalação e ativação da solução:
  - i) Deverá ser realizada a instalação completa da solução dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a partir da assinatura desse contrato. Este processo incluirá a implementação de todos os componentes, assegurando uma integração perfeita no ambiente da CREA-PR;
  - ii) Levantamento de requisitos: o CONTRATADO conduzirá reuniões e verificações, presenciais ou remotas, para realizar um levantamento abrangente dos requisitos do ambiente computacional do CREA-PR. O objetivo é documentar e analisar as



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- informações relacionadas aos componentes de infraestrutura, estabelecendo os parâmetros necessários para a configuração e integração bem-sucedidas da solução;
- iii) Documentação da fase de instalação: ao finalizar a fase de instalação e preparar-se para a configuração, o CONTRATADO apresentará os seguintes documentos ao CREA-PR:
- I. Plano de configuração: com diagrama de interconexão da solução; projeto lógico de configuração; configuração detalhada da solução.
  - II. Plano de execução: com cronograma de atividades; responsáveis técnicos pelas atividades.
- iv) Estes documentos fornecerão uma visão clara e abrangente do planejamento para a configuração da solução, garantindo transparência e alinhamento entre ambas as partes;
- v) Implementação da configuração: com base no plano de configuração apresentado, o CONTRATADO dará início à fase de configuração da solução. Esta etapa compreenderá a aplicação das configurações específicas necessárias para otimizar o desempenho da solução no ambiente do CREA-PR. Todo o processo será conduzido considerando as melhores práticas do setor e as necessidades específicas identificadas durante o levantamento de requisitos;
- vi) Testes e validação: após a configuração inicial, o CONTRATADO realizará testes abrangentes para validar a funcionalidade e a integridade da solução. Isso incluirá testes de conectividade, integração com sistemas existentes, e verificações de desempenho. Qualquer ajuste necessário será feito para garantir que a solução opere de maneira eficiente e atenda aos padrões de qualidade.

§3º. O fornecimento de licenças e a instalação de software de correlação, telemetria, detecção e resposta do tipo XDR (*Extended detection and response*), do fabricante \_\_\_\_\_, marca, modelo, referência ou *part number* \_\_\_\_\_, deve atender as seguintes características mínimas:

- a) Vigência: 36 (trinta e seis) meses;
- b) Quantidades: 600 (seiscentas) licenças;
- c) A solução poderá ser entregue nas modalidades *on-premise* (local) ou em formato SaaS (*Software as a Service*);
- d) O fabricante deve implementar e organizar os ataques baseados no framework MITRE ATT&CK, identificando técnicas e táticas dos ataques;
- e) Possuir módulo de investigação e detecção integrados;
- f) Fazer uso de inteligência artificial e inteligência de ameaças do fabricante da solução para analisar e correlacionar às atividades dos sensores do ambiente;
- g) Possuir painéis que apresentem visualização executiva dos principais incidentes e atividades no ambiente com base nos usuários, aplicações acessadas e estações de trabalho;
- h) O *dashboard* da solução deve permitir a criação de abas e seleção de *widgets* de acordo com a necessidade do administrador;
- i) O *dashboard* deverá exibir um mapeamento com as técnicas do *mitre att&ck* observadas no ambiente. As técnicas, quando clicadas, devem direcionar para o detalhe da detecção;
- j) Utilizar bases de inteligência de ameaças integrando relatórios de inteligência do fabricante e de terceiros para ajudar a identificar ameaças no ambiente;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- k) Apresentar os alertas consolidados e correlacionados de ameaças para melhor investigação e resposta;
- l) Fornecer a capacidade de realizar buscas avançadas para localizar dados ou objetos no ambiente para análise avançada de atividades ou detecções;
- m) Capacidade de construir sequências de buscas customizadas para localizar os dados ou objetos no ambiente;
- n) Ser possível realizar buscas através de *strings* parciais, exatas, valores nulos, *wildcards* e caracteres especiais;
- o) Permitir investigar os alertas gerados pelos modelos de detecção por meio de uma análise impacto e análise de causa-raiz;
- p) Consolidar e correlacionar diferentes modelos de ameaça relacionados a um único evento;
- q) Permitir que as detecções sejam correlacionadas com módulos de servidores, rede e e-mail do próprio fabricante através de console dedicada. Não serão aceitas consoles de correlação de terceiros;
- r) Possuir capacidade de encaminhar as atividades suspeitas identificadas nos servidores para a console de correlação centralizada;
- s) Atuar baseado em modelos de detecção de ataques avançados e furtivos;
- t) Os *logs* de detecções devem estar disponíveis no console por, no mínimo, 30 dias;
- u) A console de correlação centralizada deve possuir informações a respeito dos principais ataques que estão ocorrendo no mundo, quais plataformas e países são afetados, além de links para obter mais informações;
- v) Permitir a realização de buscas de indicadores de comprometimento de forma proativa em estações Windows, baseado na rede de inteligência do fabricante, notificando o administrador quando indicadores de determinados ataques forem detectados;
- w) O console deve permitir o *single sign-on*;
- x) Consolidar e correlacionar diferentes modelos de ameaça relacionados a um único evento;
- y) Exibir os eventos de forma a priorizar os alertas mais críticos para que o analista realize a investigação, como pontuações ou níveis de prioridade;
- z) Ser possível criar usuários com permissões distintas, contendo no mínimo, permissão total e permissão para realizar investigações;
- aa) Permitir habilitar ou desabilitar um determinado usuário sem excluí-lo da console;
- bb) Ser possível interagir com cada um dos objetos relacionados ao evento para análise avançada e resposta;
- cc) Permitir o envio de notificações para os administradores através de e-mail, *API* e integrações com *SIEMs*;
- dd) Prover visualização em linha do tempo com informações dos eventos monitorados em cada estação de trabalho;
- ee) Permitir a visualização entre usuários, servidores, processos/comandos, arquivos e demais componentes correlacionados em determinado ataque;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- ff) Informar com qual técnica e tática do *mitre att&ck framework* o ataque está relacionado, além de possuir link direto para o site da organização;
- gg) Mostrar, pelo menos, o *timestamp*, objetos envolvidos (comandos, processos, usuários, servidores);
- hh) Ao clicar em quaisquer dos objetos, a solução deve permitir realizar buscar específicas pelo objeto ou ainda executar ações como executar investigações mais aprofundadas;
- ii) Informar qual o escopo de impacto ou dimensionar o impacto em servidores, estações de trabalho e usuários, indicando a quantidade de componentes afetados no ataque;
- jj) Permitir que o analista possa alterar o status dos incidentes de acordo com seu tratamento e indicar falsos positivos para a plataforma;
- kk) Permitir adicionar arquivos *SHA*, *URLs*, *IPs* ou domínios a lista de bloqueio dos sensores;
- ll) Permitir terminar processos ativos executados nas estações de trabalhos e servidores;
- mm) Permitir coletar e fazer o download de um arquivo para investigação local detalhada;
- nn) Isolar a estação de trabalho desconectando-a da rede e permitindo se comunicar exclusivamente com a console de gerenciamento do fabricante;
- oo) Restaurar a conectividade da estação de trabalho com a rede;
- pp) Iniciar uma sessão de *shell* remoto na estação de trabalho selecionada para execução de comandos remotos para investigação;
- qq) Deve ser possível fazer o *download* do histórico da sessão após finalizar a sessão remota do *shell* na estação de trabalho para fins de auditoria.
- rr) Deve possuir painéis online (*dashboards*) de monitoração do *status* e saúde da solução, incluindo, pelo menos, as seguintes métricas:
  - i) *Status* de coleta de logs e agregação;
  - ii) *Status* de captura de pacotes e agregação, quando contratado componente para análise de pacotes de rede;
  - iii) *Status* das estações de trabalho e servidores, quando contratado componente de detecção e resposta em *endpoints*.
- ss) Requisitos de armazenamento dos componentes para detecção e respostas à incidentes:
  - i) Permitir disponibilizar por, no mínimo, 30 (trinta) dias os logs coletados, informações de fluxo e seus metadados, com gerenciamento automático da retenção dos dados;
  - ii) Permitir disponibilizar por, no mínimo, 15 (quinze) dias o tráfego de rede coletado e, pelo menos, 30 (trinta) dias os seus metadados, com gerenciamento automático da retenção dos dados, quando contratado componente para análise de pacotes de rede;
  - iii) Suportar armazenamento de logs, fluxos, telemetria de estações e servidores (quando contratado componente de detecção e resposta em *endpoints*), tráfego de rede (quando contratado componente de análise de pacotes de rede);
  - iv) Classificar as regras de acordo com severidade para melhor verificação nos *logs* e recebimento de alertas;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- v) Prover mecanismos de importação ou restauração para análise de logs e metadados que foram movidos para a camada *cold*. A solução deve suportar a exclusão posterior dos dados que foram importados ou restaurados.
- tt) Requisitos de análise e investigações dos componentes para detecção e resposta a incidentes:
  - i) Disponibilizar um *dashboard* de fácil visualização de alertas e incidentes.
  - ii) Prover uma interface de investigação e exploração de metadados extremamente intuitiva, permitindo que, com poucas interações, seja possível chegar a uma ação suspeita ou ataque a partir dos eventos de logs, fluxo de rede, telemetria de estações e servidores (quando contratado componente de detecção e resposta em *endpoints*) e pacotes de rede (quando contratado componente de análise de pacotes de rede);
  - iii) Ser capaz de exibir graficamente a relação entre as entidades (*IP*, *host*, arquivo, usuário) envolvidas em um alerta relacionado a um incidente.
  - iv) Prover informações contextuais na interface de investigações, de forma visualizar durante investigações de incidentes se endereços foram encontrados em outros alertas, incidentes, fontes *STIX/TAXII* ou listas definidas na solução;
  - v) Permitir prover informações contextuais através da integração com o sistema de orquestração e governança em segurança, permitindo visualizar durante investigações de incidentes informações de governança relacionadas aos ativos, incluindo, pelo menos, nome e tipo de ativo, nível de criticidade, nível de risco, nível de conformidade, unidade de negócio, usuário responsável e processos de negócios;
  - vi) Permitir a administração, configuração, investigação, análise e resposta, de forma centralizada e em uma única console dos componentes para captura de eventos, *logs*, fluxo de rede e tráfego de rede (quando contratado componente de análise de pacotes de rede);
  - vii) Permitir a investigação de metadados independente da origem, devendo considerar informações extraída dos *logs*, fluxo de rede, telemetria de estações e servidores e pacotes de rede;
  - viii) Permitir buscas utilizando expressões regulares em todo o conteúdo dos dados e metadados capturados;
  - ix) Permitir buscas com expressões em texto livre que pode estar presente em qualquer metadado. Por exemplo, realizar uma busca por “arquivo.doc” e retornar eventos que possua este valor em qualquer campo e não apenas no “nome do arquivo”;
  - x) Permitir aplicação de filtros de pesquisa de forma fácil e intuitiva durante a pesquisa de eventos coletados;
  - xi) Permitir realizar buscas utilizando atributos do *framework mitre att&ck* utilizando valores mapeados nos eventos e alertas;
  - xii) Prover uma console e visão intuitiva para realizar investigações sobre os dados coletados e metadados;
  - xiii) Possuir a capacidade de navegação contínua sobre os dados em formato “*drill down*”, sem a obrigatoriedade de realizar pesquisas avançadas;
  - xiv) Permitir a configuração dos metadados que são exibidos durante uma investigação;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- xv) Permitir recuperar os eventos originais, ou seja, o *log*, fluxo de rede, telemetria de estações e servidores (quando contratado componente de detecção e resposta em *endpoints*) e pacotes de rede a partir da investigação;
  - xvi) Permitir abrir consultas externas em outros serviços, tais como *virustotal*, *google* e *sans ip history*, a partir dos metadados;
  - xvii) A solução deve ter serviço de monitoração e gestão de riscos que permita a identificação de ameaças digitais conhecidas e não conhecidas por soluções de antivírus tradicionais, permitindo a composição de serviços de mitigação complementares para a segurança do ambiente;
  - xviii) Possuir capacidade de geração de relatórios dos seguintes tipos e contendo as seguintes características:
    - I. Visão geral dos incidentes de segurança;
    - II. Discriminação dos tipos de incidentes;
    - III. *Top* ameaças analisadas;
    - IV. *Top hosts* infectados;
    - V. Recomendações de segurança.
  - xix) Possuir detalhes técnicos dos incidentes detectados;
  - xx) Possuir estatística do tráfego analisado;
  - xxi) Possuir indicadores de risco do ambiente;
  - xxii) Recomendações de segurança;
  - xxiii) Possuir painéis que apresentem visualização executiva dos principais incidentes e atividades no ambiente com base nos usuários, aplicações acessadas e estações de trabalho;
  - xxiv) As regras de blindagem contra vulnerabilidades deverão conter links com referências externas, isto quando aplicável, explicando a vulnerabilidade do fabricante ou *CVE* relacionado.
- uu) Instalação e ativação da solução:
- i) Deverá ser realizada a instalação completa da solução dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a partir da assinatura desse contrato. Este processo incluirá a implementação de todos os componentes, assegurando uma integração perfeita no ambiente da CREA-PR;
  - ii) Levantamento de requisitos: o CONTRATADO conduzirá reuniões e verificações, presenciais ou remotas, para realizar um levantamento abrangente dos requisitos do ambiente computacional do CREA-PR. O objetivo é documentar e analisar as informações relacionadas aos componentes de infraestrutura, estabelecendo os parâmetros necessários para a configuração e integração bem-sucedidas da solução;
  - iii) Documentação da fase de instalação: ao finalizar a fase de instalação e preparar-se para a configuração, o CONTRATADO apresentará os seguintes documentos ao CREA-PR:
    - I. Plano de configuração: com diagrama de interconexão da solução; projeto lógico de configuração; configuração detalhada da solução.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- II. Plano de execução: com cronograma de atividades; responsáveis técnicos pelas atividades.
- iv) Estes documentos fornecerão uma visão clara e abrangente do planejamento para a configuração da solução, garantindo transparência e alinhamento entre ambas as partes;
  - v) Implementação da configuração: com base no plano de configuração apresentado, o CONTRATADO dará início à fase de configuração da solução. Esta etapa compreenderá a aplicação das configurações específicas necessárias para otimizar o desempenho da solução no ambiente do CREA-PR. Todo o processo será conduzido considerando as melhores práticas do setor e as necessidades específicas identificadas durante o levantamento de requisitos;
  - vi) Testes e validação: após a configuração inicial, o CONTRATADO realizará testes abrangentes para validar a funcionalidade e a integridade da solução. Isso incluirá testes de conectividade, integração com sistemas existentes, e verificações de desempenho. Qualquer ajuste necessário será feito para garantir que a solução opere de maneira eficiente e atenda aos padrões de qualidade.

§4º. A execução dos serviços de suporte técnico especializado pelo CONTRATADO deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

- a) Disponibilização de até 360 (trezentos e sessenta) horas técnicas que serão utilizadas para suporte, as quais poderão ser utilizadas durante o período de vigência deste contrato. O pagamento dessas horas será realizado conforme a utilização (por demanda).
- b) O suporte técnico poderá ser realizado de forma presencial ou remota. Caso seja impossível o acesso remoto devido à problema em *link* ou devido à inoperância do sistema, o suporte deverá ser de forma presencial na cidade de Curitiba/PR.
- c) Os custos relativos ao deslocamento de técnicos são de responsabilidade do CONTRATADO.
- d) O suporte técnico deverá contemplar no mínimo os serviços de:
  - i) Avaliação do ambiente em que as soluções estão implantadas, além do atual estado de uso e configuração das ferramentas contratadas, indicando os pontos assertivos de uso, sugestões de implementação ou melhoria, e pontos de configuração ou uso das melhores práticas, bem como sugestões para correção;
  - ii) Análise e resposta a incidentes;
  - iii) Revisão ou aplicação de configurações nas soluções contratadas;
  - iv) Implantação/reinstalação/atualização das soluções contratadas;
  - v) Verificação de inoperância, erros ou avisos das soluções contratadas;
  - vi) Abertura de chamados técnicos no fabricante;
  - vii) Estudo e proposição de uso das funcionalidades contempladas nas licenças em uso;
  - viii) Provas de conceito;
  - ix) Demais serviços relacionados às soluções contratadas.
- e) Os serviços indicados na alínea anterior serão executados mediante demanda e com agendamento prévio, podendo ser realizados durante o horário comercial, exceto nas situações em que as aplicações fiquem indisponíveis para os usuários, exigindo assim que a execução seja realizada no menor tempo, inclusive fora do horário comercial;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

§5º. Integra ainda o objeto a prestação de serviços de treinamento técnico pelo CONTRATADO, com os seguintes itens mínimos:

- a) Disponibilização de, no mínimo, 40 (quarenta) horas de treinamento, podendo ser ministradas em sequência ou não;
- b) O treinamento deverá ser realizado de forma presencial, para 3 participantes, na cidade de Curitiba, podendo ser realizado nas instalações do CREA-PR;
- c) Os custos relativos ao deslocamento de técnicos são de responsabilidade do CONTRATADO;
- d) O treinamento deverá abarcar todas as ferramentas contempladas no contrato e possuir, no mínimo:
  - i) Visão geral;
  - ii) Configuração;
  - iii) Gerenciamento;
  - iv) Gerenciamento dos agentes;
  - v) Implementação políticas;
  - vi) Configurações e funcionalidades avançadas;
  - vii) Análise e detecções de ameaças;
  - viii) Investigação de incidentes.

§6º. Os componentes do objeto deverão ser entregues nos seguintes prazos e condições:

Composição	Prazo de Entrega
Licenciamento e instalação	Até 60 (sessenta) dias da assinatura do contrato.
Serviços técnicos especializados	Imediatamente após o fornecimento do licenciamento e instalação.
Treinamento	Em até 30 (trinta) dias após o fornecimento do licenciamento e instalação.

§7º. O objeto deverá ser entregue na Sede do Crea-PR, localizado na Rua Dr. Zamenhof, 35 - Curitiba - PR, Cep: 80030-320.

§8º. Todo o licenciamento deverá ser fornecido para 36 (trinta e seis) meses de uso e com atualizações de versões pelo fabricante.

§9º. Os serviços técnicos especializados e treinamento deverão ser executados conforme agendamento prévio a ser definido entre o CREA-PR e o CONTRATADO.

§10. A execução do objeto dar-se-á pelo regime de empreitada por preço unitário.

§11. Vinculam-se a este instrumento, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência;
- b) O Edital da Licitação;
- c) A proposta do CONTRATADO;
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

CLAUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) meses, contados da assinatura do representante legal do CREA-PR, prorrogável por até 10 (dez) anos.

§1º. A prorrogação é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para o CREA-PR, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar demonstrada a prestação dos serviços com natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada informação de que o CREA-PR mantém interesse na continuidade da execução do objeto;
- d) Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação.

§2º. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

§3º. A prorrogação deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

§4º. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

§5º. Não poderá ser efetuada a prorrogação quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLAUSULA TERCEIRA – DA CESSÃO E DA SUBCONTRATAÇÃO

Fica vedado ao CONTRATADO transferir ou ceder a terceiros, no todo ou em parte, a qualquer título, sem a concordância prévia e formal do CREA-PR, os direitos e/ou obrigações assumidas por meio deste Contrato.

§1º. É expressamente vedada a subcontratação total do objeto, sob a pena de rescisão deste instrumento e aplicação das sanções previstas para inadimplência parcial ou total, conforme o caso, a ser determinada de acordo com a parcela do objeto já executada e aceita pelo CREA-PR.

§2º. A associação do CONTRATADO com outrem, a cessão, bem como a fusão, cisão ou incorporação devem ser prontamente comunicadas ao CREA-PR, visando que este delibere, motivadamente, sobre a possibilidade legal da manutenção da contratação, sendo essencial para tanto, que seja comprovado o atendimento de todas as exigências de habilitação previstas no Edital que originou este instrumento. A eventual não manutenção das condições de habilitação motivará a rescisão deste Contrato, sem prejuízo a aplicação das sanções indicadas no parágrafo anterior.

§3º. A pessoa, física ou jurídica, que venha eventualmente a ser subcontratada após aprovação formal do CREA-PR, deverá atender no mínimo, às seguintes exigências:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- a) Não haver sido declarada suspensão do direito de licitar ou declarada inidônea perante o CREA-PR ou na esfera da União;
- b) Não haver sido declarada a sua falência.
- c) Estar regular no recolhimento de tributos e contribuições perante todas as esferas governamentais;
- d) Estar regularmente registrada perante o seu conselho profissional competente, se for o caso.

§4º. O CONTRATADO se declara ciente de ser o único responsável pela eventual execução do objeto por suas subcontratadas, incidindo sobre ele a aplicação de qualquer penalidade prevista pelo descumprimento das obrigações assumidas.

§5º. A inobservância das disposições previstas nesta cláusula assegura ao CREA-PR o direito de rescisão contratual, sujeitando o CONTRATADO às penalidades descritas neste instrumento, bem como na legislação.

CLAUSULA QUARTA – DO PREÇO, DO RECEBIMENTO E DO PAGAMENTO

Pela execução do objeto descrito na Cláusula Primeira deste instrumento, o CREA-PR pagará ao CONTRATADO o valor total de até R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), constituído dos seguintes valores unitários:

Componentes da Solução	Quantidades e unidades	Valores (R\$)	
		Unitários	Totais
1 Software de segurança para proteção avançada de e-mails ( <i>antispam</i> )	600 licenças		
2 Software de segurança para <i>endpoints</i> com detecção e resposta ( <i>antivírus</i> )	600 licenças		
3 Software de correlação, telemetria, detecção e resposta do tipo XDR ( <i>extended detection and response</i> )	600 licenças		
4 Serviços técnicos especializados	360 horas		
5 Treinamento	1		

§1º. O objeto deverá ser executado pelo CONTRATADO conforme Cláusula Primeira deste instrumento, ocasião em que será emitido o respectivo documento fiscal, que conterà expressamente as retenções de tributos, nos termos da legislação, observado que:

- a) O pagamento referente aos serviços técnicos especializados será realizado mensalmente de acordo com as horas efetivamente utilizadas no mês, se houverem. Já o pagamento das licenças (instalação) e do treinamento será efetuado individualmente em parcela única, em até 10 (dez) dias úteis após a execução e aceite do objeto, por meio de depósito junto ao Banco n.º \_\_\_\_\_, Agência n.º \_\_\_\_\_ Conta Corrente n.º \_\_\_\_\_, em nome do CONTRATADO, ou neste mesmo prazo, o CREA-PR devolverá ao CONTRATADO o documento fiscal e anexos, por incompatibilidade entre o requerido e o efetivamente executado.
- b) Por ocasião do protocolo do documento fiscal o CONTRATADO deverá apresentar o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela CEF e a Certidão Negativa (ou positiva com efeito de negativa) de débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

União. Deverá, ainda, apresentar a comprovação da manutenção da sua regularidade quanto aos débitos trabalhistas e tributos estaduais e municipais.

- c) A comprovação da regularidade do CONTRATADO prevista na alínea anterior poderá ser efetuada pelo próprio CREA-PR, desde que possível a sua confirmação mediante simples diligência aos respectivos endereços eletrônicos. Na impossibilidade de obtenção pelo CREA-PR, via internet, de qualquer das comprovações indicadas, caberá exclusivamente ao CONTRATADO tal providência.
- d) Deverá acompanhar ainda o documento fiscal o relatório de serviços prestados.
- e) Ao efetuar o pagamento, serão retidos os tributos e encargos que a Lei assim determinar, dentre eles o imposto de renda e as contribuições previstas no *caput* do art. 64 da Lei n.º 9.430/96, salvo para as empresas comprovadamente enquadradas nas exceções predefinidas e normatizadas pela Receita Federal do Brasil – RFB.
- f) O valor global indicado no *caput* é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente entregues e aceitos.

§2º. Qualquer irregularidade no documento fiscal, ou nos documentos que devem seguir anexo, que comprometa a liquidação da obrigação, obrigará a apresentação de novo documento e nova contagem do prazo para pagamento. Neste sentido, a ausência da comprovação exigida na alínea “c” do parágrafo anterior não dará origem à retenção de pagamento, mas sim a comunicação ao órgão competente da existência de crédito em favor do CONTRATADO, para que este tome as medidas adequadas, sem prejuízo a eventual rescisão deste instrumento.

§3º. Cabe exclusivamente ao CONTRATADO emitir e entregar no CREA-PR, mediante protocolo, a primeira via do documento fiscal referente à execução do objeto, independentemente de o CONTRATADO possuir e adotar qualquer tipo de sistema eletrônico de faturamento.

§4º. O recebimento do objeto observará o seguinte procedimento:

- a) Recebimento provisório: será lavrado após a execução do objeto e na data da entrega do respectivo documento fiscal, não implicando em reconhecimento da regularidade da execução, nem do respectivo faturamento.
- b) Recebimento definitivo: será lavrado em até 90 (noventa) dias do encerramento da vigência deste Contrato, compreendendo a aceitação do objeto, a regularidade do faturamento, da situação jurídico-fiscal, previdenciária e trabalhista do CONTRATADO e o cumprimento das demais obrigações previstas neste instrumento.
- c) Certificação: a aceitação do objeto descrito no documento fiscal, segundo a quantidade, características e especificações técnicas contratadas.
- d) Não sendo o caso de termo detalhado emitido no prazo constante da alínea “b”, o recibo supre os efeitos do recebimento provisório e a certificação supre os efeitos do recebimento definitivo.
- e) O não cumprimento pelo CONTRATADO de todas as condições implicará em suspensão do prazo para o pagamento, bem como a sua responsabilidade por eventuais ônus decorrentes de atraso no recolhimento dos impostos e contribuições incidentes sobre o faturamento apresentado, sem prejuízo das penalidades previstas.

§5º. O CREA-PR não se responsabilizará por quaisquer obrigações não previstas neste instrumento nem fará adiantamentos de valores ao CONTRATADO, sejam de que natureza forem.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

§6°. Desde que o CONTRATADO não tenha concorrido de alguma forma, o eventual e imotivado não pagamento por parte do CREA-PR ensejará encargos moratórios entre as datas de vencimento e do efetivo pagamento do documento fiscal, que serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

- EM = encargos moratórios;  
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;  
VP = valor da parcela a ser paga;  
I = índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:  
 $i/365$   $I = (6/100)/365$   $I = 0,00016438$   
Onde  $i$  = taxa percentual anual no valor de 6%

§7°. No valor constante do *caput* estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

§8°. O CONTRATADO deverá, ainda, no momento da execução do objeto, comprovar a origem dos bens eventualmente importados, com a correspondente quitação dos tributos de importação a eles referentes, sob a pena de rescisão contratual e aplicação da multa prevista para inexecução total ou parcial, conforme o caso.

#### CLAUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, contado de 10/11/2023, que por sua vez representa a data do orçamento estimado pelo CREA-PR para a licitação que originou este instrumento. Neste sentido:

- a) Após o interregno de um ano, os valores ainda a serem pagos poderão ser reajustados mediante requerimento instruído do CONTRATADO, por meio da aplicação do percentual acumulado no período, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.
- b) Nos eventuais reajustes subsequentes ao primeiro, se for o caso, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- c) No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CREA-PR pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- d) Na aferição final, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- e) Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- f) Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- g) O reajuste será realizado por apostilamento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CREA-PR

Além das obrigações constantes no Termo de Referência, são encargos do CREA-PR:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com este Contrato e todos os seus anexos e referências.
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas.
- c) Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto executado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução deste instrumento e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO.
- e) Comunicar o CONTRATADO para a emissão do documento fiscal que se refira à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e/ou quantidade.
- f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Contrato.
- g) Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas em lei e neste instrumento.
- h) Emitir decisão sobre todos os pedidos e reclamações relacionadas à execução deste Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste. Para tanto, o CREA-PR terá o prazo de 15 (quinze) dias para decidir, contados do protocolo do requerimento do CONTRATADO, sendo admitida a prorrogação motivada.
- i) Cientificar o setor de representação judicial do CREA-PR para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO.
- j) Notificar o emitente da garantia quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

Parágrafo único: O CREA-PR não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução deste Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLAUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e de seus eventuais anexos, assumindo exclusivamente os seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, respondendo, ainda, aos seguintes encargos:

- a) Manter preposto aceito pelo CREA-PR para representá-lo na execução deste Contrato.
- b) Atender às determinações regulares emitidas pela fiscalização deste instrumento ou ainda por autoridade superior.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- c) Alocar, sempre que for o caso, os recursos humanos necessários ao perfeito cumprimento deste Contrato, com habilitação e conhecimento técnico adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- d) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela fiscalização deste Contrato, os componentes do objeto nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos insumos empregados.
- e) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/1990), bem como por todo e qualquer dano causado ao CREA-PR ou à terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CREA-PR, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso existente, o valor correspondente aos danos sofridos.
- f) Não contratar, para a execução direta ou indireta deste Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CREA-PR ou ainda da fiscalização ou do gestor deste instrumento.
- g) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive previstas em acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas na execução deste Contrato, bem como fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CREA-PR.
- h) Comunicar à fiscalização deste instrumento, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique por conta da execução do objeto. Ainda no mesmo prazo, responder a todo e qualquer questionamento efetuado pela fiscalização deste instrumento.
- i) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CREA-PR ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, se for o caso e a qualquer tempo, ao local e aos documentos relativos à execução do objeto.
- j) Paralisar, por determinação da fiscalização do CREA-PR, qualquer atividade na execução do objeto que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens do CREA-PR e/ou de terceiros.
- k) Promover a guarda, a manutenção e a vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário, se for o caso, à execução do objeto, durante a vigência deste Contrato.
- l) Executar o objeto com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo as instalações do CREA-PR que eventualmente fizer uso sempre limpas e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- m) Submeter previamente, por escrito, à fiscalização deste Contrato, para análise e manifestação, quaisquer mudanças que fujam às especificações deste instrumento e/ou dos seus anexos.
- n) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- o) Manter durante toda a vigência deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação que deu origem a este instrumento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- p) Cumprir, durante todo o período de execução deste Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.
- q) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento deste Contrato.
- r) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento da sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto.
- s) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, as normas de segurança do CREA-PR.

CLAUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

Este instrumento incorrerá no tratamento de dados pessoais pelas partes, abrangendo a sua coleta, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração, motivo pelo qual as pessoas físicas relacionadas neste instrumento consentem e autorizam desde já o livre fornecimento, tratamento e uso dos seus dados pessoais de forma a atender única e exclusivamente a finalidade pública prevista neste ajuste, com vistas à persecução do interesse público e com o objetivo de executar as competências legais e cumprir as atribuições do serviço público exercido pelo CREA-PR, estando a utilização de tais dados atrelada a uma atividade estatal e, portanto, submetida, dentre outros, ao princípio da publicidade e aos ditames da Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527/2011).

§1º. Os dados coletados e armazenados em virtude do presente instrumento poderão ser livremente acessados e utilizados pelo CONTRATADO desde que observados os princípios e regras previstos na LGPD.

§2º. O CREA-PR poderá:

- a) Realizar o uso compartilhado de dados pessoais com outros entes da Administração Pública, objetivando atender a finalidades específicas de execução de políticas públicas e a atribuições legais de outros órgãos e entidades públicos, respeitados os princípios de proteção de dados pessoais elencados no art. 6º da LGPD;
- b) Realizar o compartilhamento de dados pessoais constantes de bases de dados com entes privados, nas hipóteses previstas no art. 26, §1º, da LGPD.

§3º. As partes se obrigam ao cumprimento das regras estabelecidas na LGPD quanto ao armazenamento e tratamento de dados pessoais aqui informados, de modo que os padrões, meios técnicos e processos envolvidos sejam suficientemente anonimizados e compatíveis com a execução livre e desembaraçada do objeto deste instrumento.

§4º. O CONTRATADO deverá executar o objeto descrito na Cláusula Primeira deste instrumento observando os princípios previstos na LGPD, em especial os da finalidade, adequação, transparência, livre acesso, segurança, prevenção e não discriminação no tratamento dos dados.

§5º. O CREA-PR declara possuir um departamento de controladoria interna, contando com a figura do *Controler* a quem compete tomar as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais (cujos dados



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

para contato e identificação poderão ser solicitados a qualquer tempo), e adota processos internos de governança para a proteção de dados, os quais serão alterados ou adequados, conforme o caso, sempre que for necessário para o atendimento às premissas da LGPD, devendo o CONTRATADO também armazenar e tratar os dados pessoais fornecidos neste instrumento de acordo com tais premissas, adotando padrões, meios técnicos, processos e regras de *compliance*, de modo que os dados pessoais sejam considerados suficientemente protegidos, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste ajuste.

§6º. O CONTRATADO estará passível à aplicação das sanções previstas neste Contrato no caso de haver sido constatado o descumprimento, de forma deliberada ou por incapacidade técnica, dos princípios indicados no §4º desta Cláusula, sem prejuízo à rescisão deste ajuste. As eventuais irregularidades cometidas durante a vigência deste instrumento quanto ao tratamento de dados pessoais, inclusive as decorrentes de práticas de mercado amplamente adotadas, serão apuradas e apenadas ainda que constatadas após a execução do objeto.

§7º. As condições previstas na Cláusula Primeira quanto à execução do objeto deste instrumento não poderão conflitar direta ou indiretamente com a LGPD ou frustrar os objetivos nela estabelecidos, devendo as partes notificarem imediatamente uma à outra no caso de identificarem qualquer ameaça ao seu cumprimento. Nesta hipótese, deverá ser instaurado o competente expediente administrativo, mediante o qual serão evidenciadas as tratativas que deram ensejo à respectiva adequação, se for o caso.

§8º. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

§9º. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

§10. O CREA-PR deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

§11. Uma vez terminados o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

§12. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados, prepostos e assemelhados, sobre os deveres previstos na LGPD, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste Contrato.

§13. O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância

§14. O CREA-PR poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

§15. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CREA-PR, prorrogável justificadamente, quaisquer informações e comprovações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

§16. O banco de dados formados a partir deste Contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos pelo CONTRATADO em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. O referido banco de dados deve ser desenvolvido em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo CREA-PR nas hipóteses previstas na LGPD.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

§17. Este Contrato está sujeito a ser alterado de forma unilateral pelo CREA-PR nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLAUSULA NONA – DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

O CONTRATADO deverá prestar o valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), a título de garantia contratual equivalente a 5% (cinco por cento) do valor global deste Contrato, devendo, a referida garantia ter prazo de validade inicial idêntica à deste instrumento, que poderá ser estendida na hipótese de sinistro.

§1º. O CONTRATADO pode optar por uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) Seguro-garantia, nos termos do art. 97 da Lei n.º 14.133/2021; ou
- c) Fiança bancária.

§2º. Não será aceita a prestação de garantia que não cubra todos os riscos ou prejuízos eventualmente decorrentes da execução deste instrumento, tais como:

- a) Prejuízos advindos da não execução do objeto deste Contrato e do não adimplemento das obrigações nele previstas;
- b) Prejuízos causados ao CREA-PR ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo do CONTRATADO ou seus agentes, durante a execução do Contrato;
- c) Multas moratórias e/ou punitivas aplicadas pelo CREA-PR ao CONTRATADO;
- d) Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pelo CONTRATADO.

§3º. Na hipótese de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado junto à Caixa Econômica Federal (Banco n.º 104), agência n.º 0373, operação n.º 003, Conta Corrente n.º 600-2, mediante depósito identificado em favor do CREA-PR. Tal valor será transferido pelo CREA-PR para uma conta poupança, visando à sua correção e remuneração conforme regulamentação vigente, até que ocorra o previsto no §14 desta Cláusula.

§4º. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

§5º. A inobservância do prazo fixado para a apresentação da garantia ou para a sua reposição, acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor global deste instrumento por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a um mês autoriza o CREA-PR a promover a rescisão deste Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular desta Cláusula.

§6º. Na hipótese de garantia na modalidade de fiança bancária, sob a pena de não ser aceita, deverá constar expressa renúncia do fiador, aos benefícios dos artigos 827 e 838 do Código Civil, e ainda:

- a) Emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
- b) Expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário e principal pagador, fará o



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

pagamento ao CREA-PR, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;

- c) Na eventual designação de foro para dirimir questões relativas à fiança, deve ser eleito o foro da Subseção Judiciária de Curitiba, Seção Judiciária do Paraná, excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

§7º. No caso de a prestação da garantia ser efetuada na modalidade de seguro-garantia, o CONTRATADO se obriga a:

- a) Comunicar à seguradora, para aprovação de sua apólice, eventuais alterações deste instrumento;
- b) Fazer com que o valor coberto pela apólice esteja plenamente indexado a este Contrato;
- c) Pagar junto à seguradora, na hipótese de reajustamento monetário ser superior ao estabelecido na respectiva apólice, os valores adicionais, de modo a permitir que os valores das obrigações seguradas mantenham a mesma variação prevista neste Contrato;
- d) Fazer com que a apólice vigore por todo o período de vigência exigido e somente venha a extinguir-se com o cumprimento integral de todas as obrigações oriundas deste Contrato e de seus aditamentos;
- e) Providenciar junto à seguradora os endossos referentes as eventuais modificações de vigência e/ou de valor deste Contrato.
- f) Constituir em documento único, reunindo todas as apólices, quando necessária a formalização de garantias adicionais resultantes de acréscimo, reajuste ou reequilíbrio.
- g) Sob a pena de não ser aceita, exigir da seguradora que a apólice indique:
  - i. O CREA-PR como beneficiário;
  - ii. Que o seguro garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo CONTRATADO por meio deste instrumento, inclusive as de natureza trabalhista e/ou previdenciária, até o valor limite de garantia fixado na apólice.
  - iii. Na eventual designação de foro para dirimir questões relativas à cobertura, deve ser eleito o foro da Subseção Judiciária de Curitiba, Seção Judiciária do Paraná, excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

§8º. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo CREA-PR, com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao CONTRATADO.

§9º. A comprovação da garantia deve ser efetuada de forma digitalizada, por intermédio do e-mail [licitacao@crea-pr.org.br](mailto:licitacao@crea-pr.org.br). O CREA-PR poderá solicitar documentos complementares, na hipótese de não ser possível confirmar a efetividade da garantia apresentada.

§10. No caso de alteração do valor deste Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou prorrogada nas mesmas condições. A forma de complementação da garantia se aplica em qualquer hipótese de reajustamento do valor contratual, inclusive na hipótese de ser firmado termo aditivo para a execução de componentes inicialmente não previstos.

§11. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pelo CREA-PR, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta do CONTRATADO, este deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

§12. Toda e qualquer garantia prestada responderá pelo cumprimento das obrigações do CONTRATADO, eventualmente inadimplidas na vigência deste Contrato e da garantia, e não serão aceitas se o garantidor limitar o exercício do direito de execução ou cobrança ao prazo da vigência da garantia.

§13. A garantia contratual será utilizada de forma prioritária pelo CREA-PR sempre que incidir uma penalidade sobre o CONTRATADO, ou ainda, na hipótese de qualquer falha na execução dos termos deste instrumento, de acordo com os percentuais estabelecidos para cada caso. O CREA-PR poderá utilizar a garantia contratual a qualquer momento, para se ressarcir de quaisquer obrigações inadimplidas pela CONTRATADO.

§14. Após a execução do objeto deste Contrato, com o término da sua vigência, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo do CONTRATADO, mediante seu requerimento a garantia por ele prestada será liberada ou restituída pelo CREA-PR, conforme o caso, sendo considerada extinta com a devolução da apólice, carta fiança ou títulos da dívida pública, ou ainda com a transferência bancária da importância em dinheiro por ela depositada, corrigida conforme o §3º desta Cláusula.

§15. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o CONTRATADO ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pelo CREA-PR.

§16. O emitente da garantia ofertada pelo CONTRATADO será notificado pelo CREA-PR quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

§17. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro,

§18. A garantia de execução é independente de eventual garantia de produto e/ou serviço que integre o objeto.

§19. O CONTRATADO autoriza o CREA-PR a reter a garantia, a qualquer tempo, na forma prevista neste Contrato.

#### CLAUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A inexecução parcial ou total do objeto ou a prática dos atos indicados nesta cláusula, constatada a ação ou a omissão do CONTRATADO relativamente às obrigações contratuais, torna passível a aplicação das sanções previstas no artigo 156 da Lei n.º 14.133/2021, bem como facultará ao CREA-PR a exigir perdas e danos, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme a seguir descrito:

- a) Advertência, que poderá ser aplicada no caso de inexecução parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, por culpa do CONTRATADO, bem como no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento das atividades do CREA-PR, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;
- b) Multa, que será aplicada nas hipóteses de falhas, atraso injustificado, inexecução parcial ou total, sendo observadas a tipificação e a base de cálculo indicados nas alíneas “c” e “d”, conforme o caso;
- c) Impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 03 (três) anos, conforme os parâmetros a seguir transcritos, sem prejuízo das multas previstas e das demais penalidades legais;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

TABELA 1			
Grau da Infração	Base de cálculo		
	Multa (incidente sobre o valor global)	Mínimo	Máximo
1	2 %	Não aplicável	1 ano
2	5 %	1 ano	2 anos
3	10 %	2 anos	3 anos

- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, conforme os parâmetros a seguir transcritos, sem prejuízo das multas previstas e das demais penalidades legais.

TABELA 2			
Grau da Infração	Base de cálculo		
	Multa (incidente sobre o valor global)	Mínimo	Máximo
4	20 %	3 anos	6 anos

TABELA 3			
Item	Tipificação	Grau da Infração	Incidência
1	Dar causa à inexecução parcial	1	Por ocorrência
2	Dar causa à inexecução parcial que cause grave dano ao Crea-PR, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	2	Por ocorrência
3	Dar causa à inexecução total.	3	Por ocorrência
4	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado.	3	Por ocorrência
5	Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução.	4	Por ocorrência
6	Praticar ato fraudulento na execução.	4	Por ocorrência
7	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.	4	Por ocorrência
8	Praticar ato lesivo previsto no <u>art. 5º da Lei nº 12.846/2013</u> .	4	Por ocorrência

§1º. Será configurada a inexecução parcial do objeto, sem prejuízo à rescisão por inadimplência, quando houver paralisação da execução do objeto, de forma injustificada, por mais de 10 (dez) dias ininterruptos, ocasião que dará origem a aplicação das sanções anteriormente descritas, sendo a multa aplicada sobre a parcela em inadimplência, assim considerada a parte do objeto ainda pendente de execução.

§2º. Incidir-se-ão percentuais de multa por reincidência de infrações, nas seguintes hipóteses:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- a) 10% (dez por cento) do valor da multa a ser aplicada, se a reincidência ocorrer num prazo de até 60 (sessenta) dias;
- b) 5% (cinco por cento) do valor da multa a ser aplicada, se a reincidência ocorrer num prazo de até 120 (cento e vinte) dias.

§3º. Será configurada a inexecução total do objeto nas seguintes hipóteses, sem prejuízos à rescisão por inadimplência e aplicação da sanção correspondente, quando:

- a) Houver atraso injustificado para o início da execução ou entrega do objeto por mais de 30 (trinta) dias;
- b) O objeto não for aceito pela fiscalização, por deixar de atender às especificações deste instrumento.

§4º. As sanções poderão ser aplicadas ao CONTRATADO juntamente à de multa, e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, *quantum* e consequências.

§5º. O CREA-PR observará a boa-fé do CONTRATADO e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, o CREA-PR poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízos ao CREA-PR ou a terceiros.

§6º. Na aplicação das sanções o CREA-PR considerará, motivadamente, as razões e documentos apresentados, a gravidade da falta, seus efeitos sobre as atividades administrativas e institucionais e o interesse público decorrente, bem como os antecedentes do CONTRATADO, podendo deixar de aplicá-las, mesmo que parcialmente, se admitidas as suas justificativas.

§7º. Na hipótese de o CONTRATADO não possuir valor a receber do CREA-PR e/ou não for possível suprir por meio da eventual garantia, ser-lhe-á concedido o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao departamento competente para que seja inscrito na dívida ativa do CREA-PR, podendo ainda proceder à cobrança judicial.

§8º. O CREA-PR, cumulativamente, poderá:

- a) Reter o pagamento que se originaria na obrigação não cumprida;
- b) Reter todo e qualquer pagamento que extrapole a diferença da eventual garantia prestada, até o efetivo adimplemento da multa, ou abater tal diferença diretamente do pagamento a ser efetuado ao CONTRATADO, independentemente de notificação extrajudicial.

§9º. Na ocorrência de qualquer fato que possa implicar na imposição de uma eventual penalidade, o CONTRATADO será notificado a apresentar defesa prévia, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da notificação, de forma a garantir o exercício dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

§10. O pagamento de eventual multa não exime o CONTRATADO de corrigir os danos que a sua conduta, seja por ação ou omissão, de seus prepostos, ou ainda de terceiros, autorizados ou não, tenham provocado ao CREA-PR.

§11. As multas e demais penalidades eventualmente aplicadas serão registradas, se for o caso, no cadastro do CONTRATADO junto ao Sicafe e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis).

§12. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

§13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação.

§14. Os débitos do CONTRATADO resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos eventualmente devidos pelo CREA-PR decorrentes deste mesmo contrato, ou ainda de outros contratos administrativos que o CONTRATADO possua com o CREA-PR.

#### CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

Este Contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, e após terem sido cumpridas as obrigações de ambas as partes.

§1º. Este Contrato pode também ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n.º 14.133/21, a se concretizar conforme os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

§2º. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

#### CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa oriunda deste ajuste correrá à Conta n.º \_\_\_\_\_, consignada em orçamento próprio do CREA-PR.

Parágrafo único: a dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, caso necessária, será indicada oportunamente por ocasião da liberação dos créditos correspondentes.

#### CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

Para fins de acompanhamento e fiscalização da execução deste Contrato, conforme determina o Art. 117 da Lei n.º 14.133/2021, e ainda o art. 29 da IN SGD/ME n.º 94/2022, ficam investidos das respectivas responsabilidades os servidores a seguir descritos, que poderão ser assessorados por outros prepostos nomeados oportunamente:

- a) Gestor: \_\_ nome, matrícula, cargo, função\_\_;
- b) Fiscal Técnico: \_\_ nome, matrícula, cargo, função\_\_;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- c) Fiscal Requisitante: \_\_ nome, matrícula, cargo, função\_\_;
- d) Fiscal Administrativo: \_\_ nome, matrícula, cargo, função\_\_:

§1º. O CREA-PR poderá, no decorrer deste Contrato, alterar quaisquer dos agentes nomeados por força do *caput*, ocasião em que o CONTRATADO será notificada.

§2º. O CONTRATADO se sujeitará à inspeção do objeto executado, e aceitará os métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização do CREA-PR, quer seja exercida pelo próprio CREA-PR ou pessoa por este designada, obrigando-se a fornecer todos os dados, relação de pessoal, elementos, esclarecimentos e comunicações julgadas necessárias à execução do objeto.

§3º. O acompanhamento, a fiscalização e o controle efetuados pelo CREA-PR ou por pessoa por ele designada, serão exercidos no interesse exclusivo do CREA-PR e não exime o CONTRATADO da responsabilidade exclusiva pela execução do objeto, inclusive perante terceiros.

§4º. Aos servidores indicados no *caput* compete, dentre outras atribuições:

- a) Acompanhar, fiscalizar e exigir do CONTRATADO o exato cumprimento dos termos e condições previstas neste instrumento, inclusive quanto às obrigações acessórias;
- b) Prestar ao CONTRATADO as orientações e esclarecimentos necessários à execução do objeto, inclusive as de ordem técnica;
- c) Anotar em registro próprio eventual intercorrência operacional, as medidas adotadas para a respectiva solução, bem como as orientações, esclarecimentos e solicitações verbais efetuadas ao CONTRATADO;
- d) Encaminhar ao superior imediato eventual relato circunstanciado de todos os fatos e ocorrências que caracterizem atraso ou descumprimento de obrigações assumidas e que sujeitem o CONTRATADO às multas ou sanções previstas;
- e) Efetuar o recebimento provisório dentro de cada esfera de atuação, elaborando um relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução deste Contrato e demais documentos que julgarem necessários, encaminhando-os ao gestor para o recebimento definitivo, conforme as suas orientações procedimentais.

§5º. Compete ao Gestor deste Contrato, dentre outras, as seguintes atividades:

- a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial;
- b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação do CONTRATADO, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade do CREA-PR;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção do contrato, entre outros;
- f) elaborar com as informações obtidas durante a execução do contrato, o relatório final de consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades do CREA-PR;
- g) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo CONTRATADO, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;
- h) confeccionar e assinar, quando aplicável, o Termo de Recebimento Definitivo, com base nas informações produzidas no Recebimento Provisório, na avaliação da qualidade dos serviços realizados ou dos bens entregues e na conformidade e aderência aos termos contratuais, com o apoio do Fiscal Técnico, do Fiscal Setorial e do Fiscal Requisitante deste Contrato;
- i) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções;
- j) encaminhar formalmente as demandas ao CONTRATADO;
- k) manter o histórico de gestão deste Contrato, contendo registros formais de todas as ocorrências positivas e negativas da execução do objeto, por ordem histórica;
- l) encaminhar ao CONTRATADO as demandas de correção não cobertas por garantia;
- m) encaminhar a indicação de glosas e sanções;
- n) autorizar o faturamento; e
- o) encaminhar os eventuais pedidos de modificação contratual.

§6º. Compete ao Fiscal Técnico, dentre outras, as seguintes atividades:

- a) prestar apoio técnico e operacional ao Gestor com informações pertinentes às suas competências;
- b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
- d) informar ao Gestor, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- e) comunicar imediatamente ao Gestor quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;
- f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para o CREA-PR, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao Gestor para ratificação;





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- g) comunicar ao Gestor, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à eventual prorrogação contratual;
- h) auxiliar o Gestor com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo CONTRATADO;
- i) confeccionar e assinar, se for o caso, o Termo de Recebimento Provisório quando da entrega do objeto constante na Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, com o apoio do Fiscal Requisitante;
- j) avaliar a qualidade dos serviços realizados ou dos bens entregues e justificativas, a partir da aplicação das listas de verificação e de acordo com os critérios de aceitação definidos em contrato, em conjunto com o Fiscal Requisitante;
- k) identificar não conformidades com os termos contratuais, em conjunto com o Fiscal Requisitante;
- l) verificar a manutenção das condições classificatórias referentes à pontuação obtida e à habilitação técnica, em conjunto com o Fiscal Administrativo;
- m) encaminhar ao CONTRATADO as demandas de correção cobertas por garantia;
- n) apoiar o Fiscal Requisitante na verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação;
- o) verificar, quando aplicável, a manutenção das condições definidas nos modelos de execução e de gestão do contrato, em conjunto com o Fiscal Requisitante; e
- p) apoiar o Gestor na manutenção do histórico de gestão deste Contrato.

§7º. Compete ao Fiscal Requisitante, dentre outras, as seguintes atividades:

- a) avaliar a qualidade dos serviços realizados ou dos bens entregues e justificativas, a partir da aplicação das listas de verificação e de acordo com os critérios de aceitação definidos neste Contrato e seus eventuais anexos, em conjunto com o Fiscal Técnico;
- b) identificar não conformidades com os termos contratuais, em conjunto com o Fiscal Técnico;
- c) encaminhar as demandas de correção ao CONTRATADO, caso disponha de delegação de competência do Gestor;
- d) apoiar o Fiscal Técnico na elaboração do Termo de Recebimento Provisório, se for o caso;
- e) verificar a manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, com apoio do Fiscal Técnico;
- f) verificar a manutenção das condições definidas nos modelos de execução e de gestão deste Contrato, em conjunto com o Fiscal Técnico; e
- g) apoiar o Gestor na manutenção do histórico de gestão deste Contrato.

§8º. Compete ao Fiscal Administrativo, dentre outras, as seguintes atividades:

- a) prestar apoio técnico e operacional ao Gestor, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- b) verificar a manutenção das condições de habilitação do CONTRATADO, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- c) examinar, se for o caso, a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;
- d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao Gestor para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- e) auxiliar o Gestor com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo CONTRATADO;
- f) verificar a aderência aos termos contratuais e atuação tempestiva na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao Gestor para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- g) verificar as regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias para fins de pagamento;
- h) apoiar o Fiscal Requisitante na verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação; e
- i) apoiar o Gestor na manutenção do histórico de gestão deste Contrato.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

As dúvidas na execução dos termos aqui estabelecidos, que modifiquem ou alterem sua substância, serão objetos de novos acordos consubstanciados em aditivos a este Contrato. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Contrato somente se reputará válida se atendida à legislação em vigor, tomada expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a dele fazer parte.

§1º. O CONTRATADO indica como seu/sua representante legal junto ao CREA-PR o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_ - que por sua vez poderá ser contatado por meio do telefone fixo n.º \_\_\_\_\_, celular n.º \_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_ - o qual durante o período de vigência deste Contrato, será a pessoa a quem o CREA-PR recorrerá sempre que for necessário, inclusive para requerer esclarecimentos e exigir solução de eventuais pendências ou falhas que porventura venham a surgir durante a execução do objeto. Cabe ainda ao CONTRATADO comunicar formalmente ao CREA-PR na hipótese de eventual alteração do(a) representante aqui nomeado(a).

§2º. O CONTRATADO se declara ciente de que a violação das obrigações assumidas nos termos deste Contrato implica em sua responsabilização civil e criminal por seus atos e omissões, e pelas perdas e danos a que der causa, seja diretamente ou através de terceiros, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas de caso fortuito ou força maior, devendo, tão logo constate a incidência das exceções indicadas, também sob pena de responsabilidade, comunicar de imediato ao CREA-PR.

§3º. O CONTRATADO se declara ciente também que é a única responsável pela execução do objeto, incidindo sobre ela a aplicação de qualquer penalidade prevista pelo descumprimento das obrigações assumidas, independentemente dos atos e/ou omissões de eventual preposto.

§4º. Reserva-se ao CREA-PR o direito de paralisar ou suspender a qualquer tempo a execução do objeto, desde que haja conveniência para a Administração, devidamente fundamentada. Se isso vier a ocorrer,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

o CONTRATADO terá direito a receber somente os valores referentes à execução efetivamente recebida pelo CREA-PR.

§5º. Na hipótese de ser constatada alguma divergência nas especificações deste instrumento durante a execução do objeto, o CONTRATADO deverá, imediatamente e formalmente, solicitar esclarecimentos ao CREA-PR. O objeto executado de maneira incorreta será corrigido pelo CONTRATADO sem quaisquer ônus para o CREA-PR e sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Contrato.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo CREA-PR, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor, e ainda nas normas e princípios gerais de Direito Administrativo e de contratos públicos.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021.

Parágrafo único: os registros que não caracterizem alteração deste Contrato podem ser realizados por meio de simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do artigo 136 da Lei indicada no *caput*.

CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Curitiba, Seção Judiciária do Paraná, excluído qualquer outro - por mais privilegiado que seja ou se torne - para a solução de litígios decorrentes deste instrumento.

*Data da assinatura eletrônica.*

*Representante legal do CONTRATADO*

*Representante legal do CREA-PR e ainda de áreas afins*

ANEXO A  
TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO

1) OBJETO:

Regular o uso dos dados, regras de negócio, documentos, informações, sejam elas escritas ou verbais ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, entre outras, doravante denominadas simplesmente de informações, que o CONTRATADO tiver acesso em virtude da



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

execução contratual; e ainda manter sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do Crea-PR de que o CONTRATADO tomar conhecimento em razão da execução do contrato, respeitando todos os critérios estabelecidos aplicáveis às informações.

2) INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS:

As estipulações e obrigações constantes do presente instrumento serão aplicadas a todas e quaisquer INFORMAÇÕES reveladas pelo Crea-PR. Nesse sentido:

- a) O CONTRATADO se obriga a manter o mais absoluto sigilo e confidencialidade com relação a todas e quaisquer informações que venham a ser fornecidas pelo Crea-PR, a partir da assinatura do contrato, devendo ser tratadas como informações confidenciais, salvo aquelas prévia e formalmente classificadas com tratamento diferenciado pelo Crea-PR.
- b) O CONTRATADO se obriga a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que nenhum de seus diretores, empregados e/ou prepostos faça uso das informações do Crea-PR.
- c) O Crea-PR, com base nos princípios instituídos na Segurança da Informação, zelará para que as informações que receber e tiver conhecimento sejam tratadas conforme a natureza de classificação informada pelo CONTRATADO.

3) LIMITAÇÕES DA CONFIDENCIALIDADE:

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às informações que:

- a) Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação ou após a revelação, exceto se isso ocorrer em decorrência de ato ou omissão das partes.
- b) Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao contrato.
- c) Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

4) OBRIGAÇÕES ADICIONAIS:

O CONTRATADO se compromete a utilizar as informações reveladas exclusivamente para os propósitos da execução do contrato, e se compromete ainda, a não efetuar qualquer cópia das informações sem o consentimento prévio e expresso do Crea-PR. Neste sentido:

- a) O consentimento mencionado, entretanto, será dispensado para cópias, reproduções ou duplicações para uso interno das partes.
- b) O CONTRATADO se compromete a cientificar seus diretores, empregados e/ou prepostos da existência deste termo e da natureza confidencial das informações do Crea-PR.
- c) O CONTRATADO deve tomar todas as medidas necessárias à proteção das informações do Crea-PR, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo Crea-PR.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

- d) Cada parte permanecerá como única proprietária de todas e quaisquer informações eventualmente reveladas à outra parte em função da execução do contrato.
- e) Este termo não implica a concessão, pela parte reveladora à parte receptora, de nenhuma licença ou qualquer outro direito, explícito ou implícito, em relação a qualquer direito de patente, direito de edição ou qualquer outro direito relativo à propriedade intelectual.
- f) Os produtos gerados na execução do contrato, bem como as informações repassadas ao CONTRATADO, são de única e exclusiva propriedade intelectual do Crea-PR.
- g) O CONTRATADO firmará acordos por escrito com seus empregados e consultores ligados direta ou indiretamente ao contrato, cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente instrumento.
- h) O CONTRATADO obriga-se a não tomar qualquer medida com vistas a obter, para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectual relativos aos produtos gerados e às informações que venham a ser reveladas durante a execução do contrato.

5) RETORNO DE INFORMAÇÕES:

Todas as informações reveladas pelas partes permanecem como propriedade exclusiva da parte reveladora, devendo a esta retornar imediatamente assim que por ela requerido, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes. Para tanto:

- a) O CONTRATADO deverá devolver, íntegros e integralmente, todos os documentos a ela fornecidos, inclusive as cópias porventura necessárias, na data estipulada pelo Crea-PR para entrega, ou quando não mais for necessária a manutenção das informações confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias.
- b) O CONTRATADO deverá destruir quaisquer documentos por ela produzidos que contenham informações confidenciais do Crea-PR, quando não mais for necessária a manutenção dessas informações confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias, sob pena de incorrer em penalidades.

6) EXECUÇÃO:

Este termo possui natureza irrevogável e irretroatável, permanecendo em vigor desde a data da assinatura contrato, até 5 (cinco) anos após o término da vigência.

7) PENALIDADES:

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do contrato firmado entre as partes. Neste caso, o CONTRATADO, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo Crea-PR, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

8) DISPOSIÇÕES GERAIS:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

Este TERMO constitui vínculo indissociável ao contrato que o originou, que é parte independente e regulatória deste instrumento, bem como:

- a) O presente termo constitui acordo entre as partes, relativamente ao tratamento de informações, principalmente as confidenciais, aplicando-se a todos e quaisquer acordos futuros, declarações, entendimentos e negociações escritas ou verbais, empreendidas pelas partes em ações feitas direta ou indiretamente.
- b) Surgindo divergências quanto à interpretação do pactuado neste termo ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se nele a existência de lacunas, solucionarão as partes tais divergências, de acordo com os princípios da legalidade, da equidade, da razoabilidade, da economicidade, da boa-fé, e, as preencherão com estipulações que deverão corresponder e resguardar as informações do Crea-PR.
- c) O disposto neste termo prevalecerá sempre em caso de dúvida, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos legais conexos relativos à confidencialidade de informações.
- d) A omissão ou tolerância das partes em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.